

Ata da décima Reunião Plenária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada dia doze de agosto de dois mil e onze, na sede do Conselho, situada em Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às dezesseis horas e cinco minutos. A reunião foi composta pelo conselheiro presidente Humberto Cota Verona, pela conselheira vice-presidente Clara Goldman Ribemboim, pela conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, pela conselheira tesoureira Monalisa Nascimento dos Santos Barros e os demais conselheiros do Conselho Federal de Psicologia, a saber: Ana Luiza de Souza Castro, Ana Paula Porto Noronha, Adriana Eiko Matsumoto, Ângela Maria Pires Caniato, Celso Francisco Tondin, Flávia Cristina Silveira Lemos, Heloíza Helena Mendonça Massanaro, Marilda Castelar, Márcia Mansur Saadallah, Maria Ermínia Ciliberti, Roseli Goffman, Aluizio Lopes de Brito, Marilene Proença Rebello de Souza e Sandra Maria Francisco de Amorim. Justificaram ausência o conselheiros Henrique Jose L.F.Rodrigues, e as conselheiras Cynthia Rejane C. A.Ciarallo, Mariana C.M.Torres, Tânia Suely A. Brasileiro. A reunião foi presidida pelo conselheiro presidente Humberto Verona que iniciou a reunião informando que a pauta possui trinta pontos a serem discutidos. Foi sugerido que se discutisse os pontos Álcool e outras Drogas juntamente com Comunidades Terapêuticas. **1. Título de Especialista em Psicologia do Trânsito.** O presidente Humberto Verona informou que este ponto contará com a participação da convidada, psicóloga Andréia Nascimento. Ele lembrou que o Conselho Nacional do Trânsito (CONTRAN) aprovou uma resolução, definindo que a partir de dois mil e treze, os psicólogos que quiserem trabalhar com avaliação psicológica para obtenção da carteira nacional de habilitação (CNH) terão que ter o título de especialista do CFP em psicologia do trânsito, sendo este um dos critérios para o psicólogo ser credenciado junto aos Departamentos de Trânsito (DETRANs) para fazer a avaliação psicológica para esta finalidade. Disse que essa discussão já existe algum tempo, mas recentemente essa discussão veio para uma das comissões no CONTRAN, onde o CFP era representado pelo Fabian Rueda. Explicou que começou a surgir dentro da comissão um questionamento sobre a obrigatoriedade do título de especialista; se ele referia a todos os psicólogos que trabalham na área de trânsito ou se referia apenas aos novos credenciados a partir de dois mil e treze. Essa polêmica começou dentro da própria comissão que tem representação do movimento sindical dos profissionais que trabalham no trânsito e várias representações da sociedade. Uma associação que compõe esse coletivo fez um ofício ao CFP questionando a posição do conselho em relação a essa obrigatoriedade, pois ela entendia que quem já estava no exercício, credenciado até dois mil e treze, não teria essa obrigatoriedade, alegando a questão do direito adquirido, sendo então, dispensável o título de especialista para esses profissionais e exigidos apenas para os novatos. Por falhas de comunicação o CFP, fez um ofício concordando com esta posição. De posse desse ofício a associação o levou para dentro do CONTRAN, espalhando por toda a rede. O representante Fabian Rueda foi pego de surpresa, ele se manifestou contra a posição do CFP, sem entender o ofício e o posicionamento, pedindo afastamento da representação em função disso. Não houve uma conversa entre CFP e seu representante no CONTRAN. O presidente Humberto Verona explicou que o CFP cometeu um erro e foi necessário rediscutir a situação. Houve uma reunião com a diretoria, com o conselheiro Aluizio Brito e Andréia Nascimento, onde surgiram alguns esclarecimentos e chegou-se a conclusão de que era necessário colocar o debate na plenária para rever a posição, pois não se justificou a concordância com essa associação. Informou que a questão do direito adquirido não procede e que o título de especialista é importante. Durante a reunião uma questão colocada para ser decidida foi se o CFP defenderá a obrigatoriedade do título para ser credenciado para o exercício ou não defenderá. Disse que o debate foi polêmico em alguns pontos e por isso a necessidade dele ser debatido neste plenário. O presidente

pediu a convidada Andréia Nascimento para falar da história dessa resolução e como funciona esse campo do exercício profissional do psicólogo para que todos os conselheiros pudessem debater. Andréia Nascimento se apresentou e começou falando sobre as câmaras temáticas do CONTRAN e sobre as resoluções, apresentando uma projeção que se encontra anexo a esta ata. Explicou que o lugar aonde se discutiu a avaliação psicológica para motoristas foi na Câmara de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito e não dentro da Câmara Formação e Habilitação de Condutores, aonde se entende que está a política de habilitação. Nas outras Câmaras a psicologia não esteve presente. Em relação a composição das Câmaras, disse que a psicologia foi excluída da Câmara de Educação, com a alegação de que questiona muito e causa muitos problemas, não havendo nenhum recurso em relação a essa argumentação, mas compõem o quadro de especialistas juntamente com os médicos, conforme item seis do artigo quarto da resolução. Relatou que as resoluções têm sido alvo de muita problematização dentro da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente. As resoluções 51/1998 e 80/1998 não apresentam muitos problemas. Leu a resolução 51/1998 e explicou que ela já era um demonstrativo da atuação do psicólogo dentro da Câmara, dizendo o que profissional precisava para atuar, pois antes dela não havia nenhuma regulamentação. Leu também a resolução 80/1998 que é uma resolução mais elaborada, onde os critérios foram melhores especificados. Em dois mil e oito, dez anos depois, após muita conversa, onde a Câmara já era prevista pelo DENATRAN e CONTRAN, foi elaborada a resolução 267/2008 com a contribuição da psicologia em toda a discussão. Chamou atenção para o artigo sexto desta resolução, onde os critérios foram levados pela psicologia. Nesta resolução apareceu pela primeira vez, por escrito, a questão do título de especialista em psicologia do trânsito, pois até então a discussão havia sido feito apenas dentro do CFP com a finalidade levar para o CONTRAN. Na época a Associação Brasileira de medicina do tráfego (ABRAMET) apresentou interesse em que os médicos tivessem credenciamento em medicina do tráfego, oferecendo cursos e somente ela certificando os profissionais. Diferente da psicologia que credencia cursos. Disse que quando essa resolução foi publicada houve muita confusão, muito lobby das clínicas em não aceitar o critério do parágrafo segundo: "Após cinco anos, contados a partir da data da publicação desta resolução, só serão credenciados os psicólogos portadores de Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP". Houve confusão também em relação ao artigo dezoito: "Os psicólogos credenciados deverão atender, no máximo, ao número de perícias/dia por profissional em conformidade com as determinações vigentes do CFP", onde psicólogos alegaram que o CFP estava cerceando a sua atuação. Relatou que o credenciamento no DETRAN é anual e que alguns CRs tiveram dificuldades de aceitar, mas outros se tornaram parceiros do CFP. Com a confusão instalada, veio a resolução 283 de 01 de julho de 2008 alterando no artigo terceiro o critério de credenciamento: "O psicólogo deve ter o Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP, ou ter concluído com aproveitamento o curso Capacitação para Psicólogo Perito Examinador de Trânsito", gerando mais confusão. Informou que essa é toda a discussão que se tem desde mil novecentos e noventa e oito (1998) até o presente momento e que há apenas dois cursos credenciados pelo CFP. Os psicólogos alegam a falta de cursos e a dificuldade das provas. Chamou a atenção para a importância da psicologia estar na Câmara temática do CONTRAN, pois lá é o lugar para se discutir a formulação de políticas públicas. Ressaltou também que a psicologia só tem sido chamada para discutir a avaliação psicológica, considerou que o psicólogo do trânsito pode ter uma atuação maior. Em relação ao Pacto Nacional pela Redução de Acidentes, disse que o CFP não foi convidado a contribuir nesta discussão nem enquanto federal, nem enquanto regional. O presidente Humberto Verona questionou se está definido em qual ministério

106 está a psicologia do trânsito e Andréia Nascimento disse que tudo é homologado no
107 Ministério das Cidades. Relatou que quando Regina Minc assumiu a discussão da
108 segurança pública a idéia era levar o DENATRAN para lá, mas a psicologia se opôs
109 dizendo que a discussão seria no plano da saúde e com isso, o projeto não avançou. O
110 presidente perguntou sobre o movimento nacional de democratização do trânsito e
111 Andréia respondeu que a discussão está parada. A conselheira Roseli Goffman colocou
112 que a etapa cumprida neste processo foi convidar um grupo de *ad hoc*. Considerou que
113 deve fazer uma mobilização e chamar pessoas mais próximas do assunto para atuar na
114 reorganização do movimento e a própria conselheira se dispôs a atuar na interlocução. O
115 presidente Humberto Verona ponderou que os parágrafos quinto e sexto da resolução
116 283/2008 são fundamentais para tomar decisões. Entendeu, no parágrafo quinto, que
117 está assegurado o credenciamento ao psicólogo, que até quatorze de fevereiro de dois
118 mil e treze, tiver o curso de cento e oitenta horas, independente do título, sendo um
119 direito. E no parágrafo sexto fala que a partir de quinze de fevereiro de dois mil e treze,
120 somente os psicólogos que tiverem o título serão credenciados. Abriu para o debate.
121 Humberto Verona disse que todo ano o psicólogo precisa pedir novamente o seu
122 credenciamento, ele é anual, então quando for pedir o credenciamento em dois mil e
123 treze, será pedido o título. O fato de ser perito há vários anos, quando vence o ano, o
124 psicólogo terá que fazer o credenciamento como os novos, que acabaram de chegar ao
125 mercado. Andréia Nascimento esclareceu que o DETRAN chama de credenciamento
126 como se fosse o original e depois o credenciamento. O conselheiro Aluizio Brito disse
127 que nesse sentido cai o argumento do direito adquirido, não terá direito adquirido depois
128 de dois mil e treze. Pediu para confirmar com o assessor jurídico para não tomar
129 nenhum posicionamento equivocado e depois ter que voltar atrás. Caindo o argumento
130 do direito adquirido fica a necessidade do título a todos os profissionais. A questão é
131 que historicamente houve uma luta para qualificar o trânsito via legislação do
132 DENATRAN. Colocou que a questão que se apresenta de fundo é que o CFP está
133 apoiando oficialmente e reforçando uma posição sobre um título que é facultativo na
134 resolução, portanto a natureza dele é facultativa. Há formas de adquiri-lo: o
135 reconhecimento quando uma especialidade é aberta, a prova, ou curso, mas mesmo
136 assim continua sendo facultativo. Disse que há ambigüidade, pois o CFP se posicionou
137 nos órgãos do DENATRAN querendo qualificar esta área e o DENATRAN incorporou.
138 A questão é que há um argumento nacional, que circula nas listas que o CFP estaria
139 apoiando um título que é facultativo. Considerou necessário refletir sobre esta questão,
140 lembrando que o título é antigo e a resolução só existe recentemente. Pediu sugestões ao
141 plenário para construir posicionamento em relação a esta área, considerada
142 politicamente delicada. Ela é fonte de muita tensão, discussão, oposição e difícil de ser
143 trabalhada. O conselheiro relatou que em São Paulo e Rio de Janeiro têm organizações
144 fortes, com muitos psicólogos e muitos problemas e colocou a necessidade de se pensar
145 alternativas para o tema. A conselheira Monalisa Barros convocou o plenário para se
146 atentar para o tema, pois é necessário calcular a dimensão política que está sendo tratada
147 neste momento, é um grande problema para esta gestão. Qualquer decisão tomada
148 poderá ter conseqüências graves em todos os lados, é uma área desorganizada. Relatou
149 que ao longo de dez anos, o CFP foi ao DENATRAN para dizer que os testes utilizados
150 teriam que ser apenas os aprovados, obedecendo aos manuais e mostrando a
151 necessidade do título de especialista, acreditando que ele daria o mínimo de organização
152 para a avaliação psicológica. Dentro do Sistema Conselhos há regionais que discordam
153 dessa posição. Neste ano, com o entendimento do plenário de que não havia avaliado a
questão profundamente, o CFP elaborou um ofício dizendo que o título não era
necessário. Com isso, o CFP foi questionado pelo seu representante, que legitimamente
pediu seu afastamento, demonstrando bastante insatisfação por não ter sido ouvido, por

ter sido convidado a defender um posicionamento e que o CFP contrariou publicamente. A situação posta no momento é que se o CFP pedir desculpas ao Fabian Ruedas e voltar atrás na posição defendida, há dez anos, terá problemas com alguns conselhos regionais. Se assumir a última posição, de que o título não é necessário, o CFP ficará numa situação ruim diante dos parceiros que defenderam o título por muitos anos, do CONTRAN e do DENATRAN. Ponderou ser necessário ter argumentos consistentes e suficientes para defender qualquer posição. A conselheira Deise Nascimento disse que em relação à discussão sobre direitos adquiridos, entendeu que ele não está posto em momento nenhum, ele não está assegurado, havendo necessidade do recredenciamento em todos os anos. Em relação ao título, informou que quando ele foi criado não havia a idéia dele ser obrigatório, porém em outras áreas com o decorrer das mudanças e exigências é possível lançar mãos de determinados requisitos colocados pela sociedade como forma de seletividade, classificar competência e preparo. O título entra neste tipo de critério, não é uma demanda do CFP, mas a própria sociedade começará a cobrar o título em várias áreas. Considerou que esta discussão é o ponto de partida para causar impacto em várias áreas. A conselheira Ângela Caniato lembrou que quando se criou a profissão de psicólogos várias pessoas já a exerciam de alguma forma, então houve uma validação, uma avaliação daquelas pessoas, outras tiveram que fazer algumas disciplinas complementares e passaram a se chamados de psicólogos de registro. Considerou que talvez possa desta maneira integrar estes dois momentos e que talvez seja a solução. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse para pensar politicamente, primeiro se seria o caso de desfocar, independente da resposta, pois não há saída possível para todos ficarem contentes. Pensando em políticas públicas considerou que houve um erro na colocação do problema na sua origem e que deveria ser concurso, porque isto é uma perícia. Mesmo sabendo que concurso é uma questão difícil, considerou que ele é a lógica. Perguntou se respondendo independente da resposta, colocando o outro problema a tona, se poderia ajudar neste momento, tirando o foco. Acrescentou que quem fará o concurso será o responsável por pontuar; pontos para quem tem curso, considerando um numero mínimo de horas, para quem tem especialidade, para quem tem experiência profissional, sendo uma forma de contemplar tudo numa outra racionalidade, como em todo concurso público. Lembrou que aí poderá ter problemas com os donos de clínicas e que é preciso decidir se tem problemas com psicólogos ou com os donos de clínicas. Ponderou que a questão do título é um problema gravíssimo, que o CFP e não tem inserção em outras áreas, como por exemplo, na saúde onde já existe concurso. Considerou que deve mudar o foco político, conseguir apoio em outras áreas, elaborar documentos públicos contemplando o concurso público como modelo ideal, abrir uma aliança com outros leques que lutam por uma outra lógica no trânsito. A conselheira Ana Paula Noronha disse que efetivamente é uma área complicada, onde há muitas queixas nas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs), há falta de conhecimento, de aprimoramento, de qualificação dos profissionais. Pensando na avaliação psicológica, entendeu que essa exigência de alguma forma, vai minimamente obrigar as pessoas a estudarem, podendo gerar uma atuação melhor. Concordou que a avaliação psicológica não é a única possibilidade de atuação do psicólogo no trânsito, tem muita coisa para se fazer, mas este é o viés que se tem no momento. Ponderou que há necessidade de preparar melhor este profissional e viu o título como a possibilidade de minimizar o problema. A conselheira Sandra Amorim disse que esta situação foi prevista. Relatou que foi contra o título de especialista, mas que coordenou e participou efetivamente do GT e o argumento apresentado pela conselheira Ana Paula, nesta plenária, foi o movimento que sustentou a aprovação do título. Reforçou a necessidade de qualificar as práticas profissionais e que cada vez mais o CFP tem essa responsabilidade e a obrigação de cuidar para que a psicologia chegue à

população de forma qualificada. Sem contradizer a necessidade de qualificar a atuação, a conselheira Heloiza Massanaro sugeriu tirar o foco e incluir outros elementos para a discussão, porque esta é uma área que historicamente as pessoas estão nela como uma segunda opção, tendo a ver com a forma de vínculo, que muitas vezes é precária, fazendo com que as pessoas não busquem qualificação. Considerou esses vínculos problemáticos e que é importante levar esse assunto a tona e ampliar a discussão, buscando a contribuição dos psicólogos da área e entendendo como lidar com a questão. Andréia Nascimento disse que a discussão será longa e é necessário buscar soluções estratégicas. Disse que o concurso é fato e é preciso discuti-lo, mas passar o foco para ele é mais a longo prazo, pois a curto prazo a questão é pontual; é decidir se é a favor ou contra o título e ter uma posição para apresentar na Câmara Temática. O problema é pontual, mas envolve um problema imenso em vários aspectos. Considerou interessante criar um fato político, ir para a mídia, mas paralelamente, o problema do título continua. Considerou o concurso outro problema que terá que enfrentar com os donos de clínicas, que muitas vezes não são psicólogos, são médicos. Neste momento, em relação a qualificação, contou que quando abriu o título, os profissionais antigos requereram e obtiveram os seus, a preocupação, portanto é com os psicólogos novatos que estão sofrendo pressão. Disse que é uma situação preocupante. Uma outra reflexão que a convidada colocou é se o CFP quer estar na Câmara de Saúde e Meio Ambiente, explicou que terá a indicação em setembro e o CFP deverá colocar duas pessoas competentes, que entendam dessa política pública de forma mais ampliada e oferecer suporte a elas para que a discussão aconteça, mas antes é necessário decidir sobre a questão do título. A conselheira Roseli Goffman disse que toda essa discussão está trazendo a lucidez de que este é um dos maiores problemas que esta gestão precisará lidar e que deverá fazer um pronunciamento político. Não há dúvidas de que com a legislação apresentada todos têm direito de fazendo o curso de capacitação não precisar do título até o dia quatorze de fevereiro de dois mil e treze. Andréia Nascimento esclareceu que eles têm o direito de solicitar o credenciamento, mas ser credenciado é diferente, apenas os psicólogos portadores do título, conforme parágrafo sexto da resolução 283/2008. A conselheira Roseli Goffman questionou sobre quem oferece os cursos de psicólogo perito examinador e Andréia Nascimento disse que há vários cursos de cento e oitenta horas espalhados pelo país. A conselheira Roseli Goffman disse que o título de especialista é um problema para gerenciar, sendo necessário trabalhar em cima da resolução, exigir cursos de especialização onde as pessoas possam se capacitar e procurar parcerias para dividir o problema. Acrescentou ainda que o CFP deva oferecer cursos e sustentar a posição de que a partir de quinze de fevereiro de dois mil e treze todos deverão ter o curso, mas sem infringir o direito adquirido, senão terá muitas ações e deve-se antecipar o problema. Sugeriu marcar uma reunião com CONTRAN, oferecer um curso de caráter emergencial para dois mil e doze, publicar e divulgar o curso para quem ainda não o fez. Andréia Nascimento disse que o curso de cento e oitenta horas muitos tem, o que eles não têm é o título de especialista que são mais de quinhentas horas de curso, são mais ou menos dois anos, e não há mais tempo, por isso o problema está no auge. O CFP tem uma série de critérios na resolução e não pode obrigar um lugar a oferecer o curso. A questão é complicada. Relatou que o CFP pode oferecer a prova, são cinco por ano, O conselheiro Aluizio Brito lembrou que o título tem sido fortalecido na psicologia hospitalar de forma tranquila e palatável, pois a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar assumiu para si a responsabilidade de exigi-lo. Ponderou que isso poderá acontecer em outras áreas. Em relação ao trânsito quem tomou para si foi o DENATRAN. Afirmou que é favorável ao título, mesmo que ele seja posto de maneira obrigatória, embora esta exigência não tenha sido posta pelo CFP e sim por uma entidade federal que entendeu que o título qualifica de fato. Para o

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom center of the page.

Vertical column of handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.

Handwritten initials in blue ink on the left side of the page.

problema emergencial, disse que há previsão de um concurso para novembro, onde sugeriu que o CFP faça uma grande campanha e uma ampla divulgação dirigida aos psicólogos desta área, pontuando as experiências profissionais, cursos na área, somados à prova. Disse que a pontuação profissional é legal, está contemplada na legislação. Falou que poderá pensar em outros concursos em janeiro ou março e outro no final de dois mil e doze. No momento, não viu problema algum repensar em aumentar a pontuação de experiência profissional e cursos. Quanto às demais questões, ele considerou importante agendar uma reunião urgente com DENATRAN, inclusive para resgatar o assento na Câmara de Educação, pois uma vez que a psicologia perdeu espaço, perdeu também o poder de intervenção e qualificação desta área. Falou de um site que está reunindo toda a categoria e material, considerou que está surgindo coisas boas. O conselheiro disse ainda que a prova não é difícil, mas ela pede coisas que o psicólogo não está interessado em ler, pede a noção de mobilidade urbana, de uma avaliação ampla, há um conjunto mais complexo. A conselheira Ermínia Ciliberti considerou que este é o caminho. Disse que sua insistência na questão do DENATRAN é de apresentar um projeto. Colocou que deve haver coerência, pois qualquer questão de políticas públicas que é obrigatório, para ela é questão de princípio, não se pode cobrar por conta de acesso. Disse que é inconstitucional, pois limita o acesso a algo que é obrigatório. Considerou que é nessa lógica que tem que construir argumentos. Falou que talvez possa avançar na questão da especialidade, pois ele é um caminho irreversível da sociedade que está cada vez mais se especializando. Ponderou que deve dar solução a questão do título para não penalizar os alunos mais pobres e disse que a exigência de especialidade é um recorte social, pois quanto mais profissionais se especializam menos pessoas terão na psicologia voltada para as políticas públicas. A conselheira Monalisa Barros tentou organizar as alternativas. Ponderou que a proposta de entrar no DENATRAN com outro discurso não resolve e que o CFP está aqui neste momento, para obedecer ao que está decidido. O CFP pode defender o discurso político do concurso e paralelamente fazer a prova com as pontuações sugeridas pelo conselheiro Aluizio, mas ainda assim não resolver o problema. Pode resolver o problema da queixa dos psicólogos. Entende-se que aprovando o título, o CFP ficará bem com a ABRAMET e ASBRO, mas poderá ter problemas com alguns conselhos regionais que são contrários ao título, dizendo que a resolução cerceia o espaço democrático ao acesso dos profissionais de psicologia e que o CFP não pode cercear este espaço. O conselheiro Celso Tondin lembrou que quando em 2006/2007 foi dito que o CFP deveria fiscalizar as áreas mais vulneráveis da profissão, o trânsito foi definido como uma delas. Disse que participou desse processo de fiscalização e todos os psicólogos de Santa Catarina foram fiscalizados pelo menos uma vez. A maioria dos processos éticos gerados era da psicologia do trânsito. Colocou que a discussão se encontra em outro nível no dia a dia. Disse que o problema não é só de formação, há interesses econômicos também. Sugeriu que o CFP não tome nenhuma decisão que faça reserva de mercado, que dê oportunidade para os psicólogos novatos entrarem na área e que não crie uma idéia de ter garantida a qualidade dos profissionais que cumprirem a resolução. Pensou que talvez pudesse ter uma forma dos profissionais se renovarem de tempo em tempo, se qualificando através de cursos, mas preocupa-se com a proliferação da indústria de cursos. A conselheira Marilda Castelar perguntou quantos cursos credenciados existem no Brasil e Andréia Nascimento respondeu que são dois cursos para títulos de especialista credenciados pelo CFP e outros tantos outros sem credenciamentos, lembrando que para obter o título o curso necessita ser credenciado pelo CFP. Entendeu que manter a obrigatoriedade do título significa ter um reconhecimento público e que ele restringirá o mercado de quem está entrando. É um cuidado que deverá ser tomado e que provocará outra grande discussão. A conselheira Flávia Lemos questionou quais os

critérios poderá ter para balizar os dois lados, lembrando que o próprio código de ética do CFP diz que a pessoa não pode assumir aquilo que ela não pode realizar. Disse que é um contra senso então dizer que basta ser psicólogo, ou basta ter experiência, podendo assim dizer que basta ter experiência e não ter o título. Concordou que as cobranças estão chegando de todas as esferas da sociedade e que deve balizar os pesos, não só pontuar mais, mas dar pesos maiores. Disse que a especialização deve vir depois de uma formação generalista e que deve separar tecnicismo de formação. É a favor do encaminhamento colocado pelo conselheiro Aluizio e fazer cartas de recomendação de posições políticas que a conselheira Maria Ermínia colocou. O Presidente perguntou se há consenso em organizar uma discussão com a participação de todos os interessados no debate com a ajuda de colegas da área e dos *ad hocs* a fim de ampliar esta discussão e promover reflexões sobre a questão do concurso e outros pontos sobre o campo. Disse que é necessário retomar este debate no CONTRAN e com a categoria assegurando a presença do psicólogo no trânsito e mobilidade urbana, qualificando o processo de obtenção Carteira Nacional de Habilitação e exigindo concurso público. Perguntou também se há consenso do plenário em defender o título de especialista como recurso para qualificar o exercício da profissão. O conselheiro Celso Tondin solicitou acrescentar ao encaminhamento que fosse a partir do pressuposto de que após uma boa formação generalista haverá momentos em que se deverá concentrar em determinados campos ou áreas para se aprofundar. O presidente disse que o título não é a única forma de se qualificar, mas reconhece como sendo um recurso que a categoria conquistou. Ele consultou se o plenário defende a obrigatoriedade deste título, no caso específico do DENATRAN, para todos os profissionais a partir de dois mil e treze, defendendo o que está escrito na resolução do CONTRAN. Informou que segundo o assessor jurídico do CFP a compreensão do jurídico sobre a resolução é que o título é obrigatório para todos, a partir de dois mil e treze e que não existe o direito adquirido. Pelo que está escrito na legislação do órgão da política pública brasileira que regulamenta a área, a resolução é obrigatória e deve ser cumprida, neste caso. O título continua sendo facultativo, embora o plenário reconheça que ele é um instrumento qualificador do exercício profissional. O título é uma opção do profissional, mas neste caso, um órgão público exigiu a obrigatoriedade do título, considerando que ele qualificará o profissional dentro deste órgão. A conselheira Flávia Lemos perguntou se pode entrar na justiça somente no item do prazo, pedindo a prorrogação para dois mil e quinze e Andréia Nascimento respondeu que pode ser possível. O presidente Humberto Verona disse que fica o indicativo para o CFP buscar o CONTRAN. A conselheira Ermínia Ciliberti disse que entendeu a complexidade da questão, considerando que precisa de outro processo, não viu possibilidade de reverter a história do título de especialista. Perguntou qual a contribuição dessa decisão para a psicologia, ressaltando que essa questão a incomoda e que é complicado votar. Disse que se absterá. Humberto Verona esclareceu que é necessário decidir se é contra ou a favor da resolução, não existe outra opção neste momento. A conselheira Ermínia Ciliberti considerou que mudar a data é um avanço, mas é uma forma de dizer que o CFP está de acordo com a estrutura. A conselheira se posicionou contra. O presidente disse que no primeiro ponto foi concordado que faria uma argumentação da necessidade de se discutir a obrigatoriedade do concurso, ou seja, toda a discussão deverá ser feita sobre a política pública, mas neste momento o CFP não pode desconsiderar uma questão posta e desviar o foco para a qualificação da política pública. A conselheira Ermínia ponderou avaliar uma nova forma de avaliação com Conselho Federal de Medicina (CFM) e ver a possibilidade de mudar o desenho e as forças políticas com ele. Andréia Nascimento esclareceu que CFM não significa ABRAMET. A ABRAMET é quem manda e o CFM obedece e não se posiciona na Câmara. Deve incluir a ABRAMET na discussão, pois ela que tensiona. A conselheira

Flávia Lemos lembrou que a história foi construída assim e que não é possível desconstruí-la rapidamente. O CFP pode ser a favor, mas que seja a favor balizando com vários instrumentos e depois reavaliar numa discussão como serão desenvolvidas as estratégias para esta situação e para as próximas que surgirão. Disse que é uma situação difícil que coloca o conselho muito mais a favor de uma questão política. A questão do tempo é para não ser injusto com os profissionais novatos. Sua sugestão é instituir um grupo para balizar em vários aspectos e elaborar um documento constando todos os critérios. O delegado colocou em votação e a maioria votou para a obrigatoriedade do título para todos os psicólogos e buscar indicativos para a prorrogação do prazo para dois mil e quinze. Por último, seguir essa política com balizamento de critérios e garantia de acesso aos concursos. Estudar formas de oferecer cursos em quantidade suficiente e buscar garantia de acesso ao concurso para todos. As conselheiras Ermínia Ciliberti, Ana Luiza Castro e Adriana Eiko se abstiveram. A conselheira Monalisa Barros informou que foi procurada pela Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, onde esta manifestou interesse em trabalhar com o CFP, compartilhando uma de suas grandes preocupações, que é com as doenças tropicais não infecciosas gravíssimas no Brasil e na África que são os acidentes de motocicletas e emergências e desastres. Ponderou que pode ser uma possibilidade de conversar e fazer alianças com esta Sociedade sobre mobilidade urbana e trânsito em outro viés que não é da ABRAMET. A convidada Andréia Nascimento agradeceu e pediu que o CFP entre em contato com o Fabian Rueda e fale também com Rita Cunha, psicóloga que está no DENATRAN na Câmara da Saúde e Meio Ambiente. **2. Informes Financeiros.** A conselheira tesoureira Monalisa Nascimento dos Santos Barros iniciou o ponto falando sobre um processo no poder judiciário, em relação a anuidades, contra o CFP, na qual um psicólogo cadastrado solicitou o reembolso de anuidades pagas nos últimos cinco anos. Neste caso, o juiz não concedeu o retroativo, mas reconheceu a resolução do CFP. Disse que consta no parecer judicial que o CFP não poderá aumentar o valor da anuidade. Informou ainda que muitos profissionais têm recorrido para não pagar anuidade com o argumento de que o CFP não tem poder para legislar sobre um imposto federal. Lembrou que na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de maio foi discutida a banda, quanto seria a anuidade de dois mil e doze, na qual, alguns conselhos regionais naquele momento sugeriram que perante a crise não houvesse aumento. Porém na época, a tesoureira discordou, pois segundo ela não aumentar seria concordar com o argumento usado pela Central Única de Trabalhadores (CUT) de que o aumento dos conselhos nos últimos anos foi abusivo. Por isso deveria sustentar a correção e essa decisão foi aprovada na APAF. No entanto, a tesoureira disse que será preciso retroceder na decisão, pois diante da conclusão do Juiz nessa ação e por indicação do Assessor Jurídico do CFP, deverá informar a todo o Sistema Conselhos para manter a banda do ano passado, apesar do reajuste ter sido aprovado na APAF. Ressaltou que o CFP está trabalhando, fazendo reuniões, audiências para a aprovação da lei que regulamenta a anuidade da psicologia. Disse que a resolução da banda ainda não foi editada, o que é um fator positivo, mas terá que explicar aos regionais porque a decisão tomada na APAF foi mudada. A Conselheira Maria Ermínia informou que no fórum da Saúde, que é de Conselhos e Sindicatos, onde a própria afirma que o CFP concorda com o princípio legal e não quer deliberar aumento para si mesmo, nem desregular as profissões e deseja conversar com os sindicatos. A Conselheira questionou se o valor no projeto do Conselho é de setecentos reais. A Conselheira Tesoureira Monalisa respondeu que é de no máximo setecentos reais e do projeto específico de anuidades do CFP é de no máximo quatrocentos reais. Relatou que foi cobrada pelo fato de que o CFP tinha sido convidado a convocar a CUT para conversar e que essa conversa ainda não foi marcada, mas que deverá ser providenciada. Para

encaminhamento: será feita uma reunião telefônica de presidentes e outra com os tesoureiros para explicar sobre o não aumento da anuidade, antes do ofício chegar. O Conselheiro Aluizio Brito, disse que é preciso tomar muito cuidado com a questão jurídica, pois se por um lado o CFP pode se defender atrás dessa questão, por outro lado a categoria poderia pensar em continuar com as ações uma vez que elas são válidas. Lembrou que essa ação foi negada aqui no Distrito Federal, mas não vale para as outras que estão em outros estados. Sugeriu que o assessor jurídico entre com uma ação em defesa do CFP focando nesses pontos, inclusive no Supremo Tribunal Federal, pois o mérito da questão das ações é o mesmo em todos os estados. A tesoureira sugeriu solicitar uma súmula vinculante. **2.1. Remanejamento Orçamentário do CFP para o exercício de 2011.** A Conselheira Tesoureira Monalisa pediu aprovação do Plenário para o remanejamento orçamentário do CFP para o exercício de dois mil e onze, porque quando ele foi feito e aprovado, não havia terminado o planejamento estratégico e nem previsto o gasto com a Mostra Nacional. Informou que o aluguel do Anhembi, local onde será realizado o evento, ficou mais caro do que se previa, em torno de um milhão de reais. Por esse motivo há necessidade de remanejamento. Informou ainda que adequou as rubricas de outras áreas para atender a demanda. O presidente Humberto Verona colocou em regime de votação e o remanejamento orçamentário foi aprovado pela maioria. **2.2. Mapa Gerencial.** A conselheira tesoureira Monalisa Barros, informou que já houve uma arrecadação de noventa vírgula noventa e nove por cento do realizado e, portanto a previsão do orçamento fechará em cem por cento, explicando que ao fazer a previsão já é descontado o índice de inadimplência, colocando o aumento para o ano seguinte. Explicou que não significa dizer que todos os psicólogos pagaram a anuidade. Quando foi feito o orçamento para dois mil e onze a inadimplência média do país, que é em torno de vinte a vinte e dois por cento, em alguns estados é bem menor e em outros um pouco maior. O profissional psicólogo tem um dos menores índices de inadimplência, talvez seja pela questão dos concursos, nos quais o profissional tem que estar em dia com o CRP. Então em cima desse índice faz-se o orçamento. Informou ainda que apenas com uma cobrança já se atingiu o percentual mencionado acima, de noventa vírgula noventa e nove por cento da previsão e que talvez com as outras cobranças ultrapasse esse percentual. O conselheiro Aluizio Brito questionou se isso significa um superávit e a tesoureira respondeu que significa uma inadimplência menor neste ano do que nos anos anteriores ou ainda porque teve novas inscrições, pois também se faz uma previsão destas. A tesoureira Monalisa apresentou um quadro sobre a previsão de gastos com os sete milhões deste ano aprovados na APAF. O quadro encontra-se anexo a esta ata. Informou que os empréstimos aprovados pela APAF a vários conselhos regionais retornam a longo prazo e que o saldo financeiro previsto para janeiro de dois mil e onze é de um milhão duzentos e oitenta e seis mil e seiscentos e treze reais, entretanto há um projeto de reforma também solicitado para a nova sede do CRP 12 de um milhão e duzentos mil reais, citado por ela como exemplo. Ela informou ainda que há uma previsão de que entre mais quinhentos mil reais, porém de acordo com o orçamento, fecharia o ano com quinhentos e oitenta e seis mil reais. O que serve de alerta. Ela encerrou sugerindo que os conselheiros leiam o mapa gerencial e caso haja dúvidas, estará a disposição para saná-las. **3. Informe sobre o Projeto de Lei de 30 horas.** A tesoureira Monalisa informou que houve uma audiência no Senado, dia dez de agosto de dois mil e onze sobre o PL de trinta horas e que foi muito favorável, contou com a presença dos fonoaudiólogos e com uma grande participação de psicólogos de todo o Brasil, todos os deputados e senadores que passaram pelo evento declararam apoio ao projeto. Entretanto, segundo o assessor jurídico do CFP, o projeto da fonoaudiologia é novo e tramitará no Senado e o projeto dos psicólogos é antigo e será tramitado na Câmara, ou seja, ainda terá um longo caminho a ser percorrido. A

conselheira Marilene Proença explicou que como o projeto dos psicólogos nasceu na Câmara, com esse substitutivo, a Câmara só poderá aceitar ou rejeitá-lo, não poderá alterar o projeto, o qual terá um relator. A tesoureira Monalisa informou que esse projeto de redução de trinta horas ainda não foi aprovado pelo Senado. Mas, relatou que o Deputado Federal Alessandro Lucciola Molon defendeu a isonomia da carga horária de trabalho do psicólogo, pois há divergência dentro do mesmo estado. O Conselheiro Celso Tondin questionou se haverá uma nota divulgando a audiência. A conselheira Monalisa respondeu que será transmitido na íntegra pela TV Senado, também foi divulgado no Jornal do Senado e no boletim online do CFP. **4. Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes.** A conselheira Sandra Amorim informou que o GT teve várias atividades, todas vinculadas ao tema da escuta psicológica de crianças e adolescentes e chegou-se ao encaminhamento de aprovar a nota técnica da Resolução 10, a qual foi um compromisso de APAF. Relatou que no encontro da ASPE (Assistência à Saúde de Pacientes com Epilepsia), foi discutido um projeto proposto pelo CRP 06, onde foi deliberado que o CFP assumiria o compromisso, junto com o CRP 06, de acompanhar o projeto relacionado a escuta de crianças no judiciário e elaborar um posicionamento, com isso criou-se uma tensão com o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e com a própria ASPE, embora eles tenham demonstrado interesse em contribuir. Informou ainda que houve uma reunião nesta sexta-feira, doze de agosto, com o CRP 06 e representantes do GT, dos Direitos Humanos e CFESS para construir os indicadores do acompanhamento do projeto. A conselheira disse que outra questão delicada é em relação a representação do CFP no CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Relatou que o GT está construindo um documento para a Ministra Maria do Rosário pedindo que a Sociedade Civil se repositone, porque na primeira audiência ela apresentou um posicionamento de não participar da última assembléia. Falou da dificuldade em estabelecer diálogo com o CONANDA e que neste espaço temas relevantes como a escuta de crianças nunca foi pautado. Disse que desde dois mil e sete, não existem atas publicadas, nem publicizadas e as reuniões estão sendo esvaziadas principalmente pela ausência do governo. Expôs que outro compromisso assumido pelo grupo relaciona-se a construção de um documento apresentando as observações feitas pelo GT e das quais a Ministra concordou, inclusive manifestando preocupação com a abertura desenfreada de salas de escuta. A conselheira disse que a ministra apresentou uma proposta de criação de núcleos de atendimentos integrados, iniciando-se preferencialmente em hospitais universitários. Outro ponto discutido foi a autonomia dos profissionais na realização das atividades e reabriu-se o debate para introduzir uma série de documentos para poder dar andamento ao processo. Reforçou que o ponto de pauta, neste momento é a nota técnica que foi lida na íntegra pela Conselheira Ana Luiza Castro. A nota encontra-se anexa a esta ata. O Presidente Humberto Verona, sugeriu que no início do texto quando se fala que o CFP editou a Resolução é importante que seja incluído que ela foi aprovada pelo Sistema Conselhos. O conselheiro Celso Tondin elogiou a nota, considerando-a muito esclarecedora, porém sugeriu que fosse alterado o segundo parágrafo na quarta linha, quando se fala "na legislação específica da profissão", pois na verdade é no ECA. Questionou também sobre o antepenúltimo parágrafo: "Ora o foco é na metodologia de produção de provas e ora o foco é na proteção dos direitos da criança e adolescente e não a revitimização" quem coloca o foco é o Sistema de Justiça, ou Projeto de Lei que vinha sendo falado no parágrafo anterior, ou os profissionais que discutem. A conselheira Sandra Amorim esclareceu que é todo o Sistema de Justiça, que acaba sendo materializado na proposta do Projeto de Lei, informou ainda que há outras questões em relação a redação da Nota que precisa ser revisito. O conselheiro Celso Tondin questionou ainda qual é o problema de não ter consenso. A conselheira Sandra Amorim

respondeu que deve-se trabalhar esse ponto, pois ao se falar de Sistema Garantia de Direito fala-se do Sistema que deve estar integrado. Informou ainda que, o que se ouviu no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é que a preocupação deles é responsabilizar o agressor e não com o sistema de proteção a criança. Sugeriu que fosse trabalhado esse trecho para explicar que existem posições distintas. O Conselheiro Celso Tondin questionou se neste trecho da Nota, "aqui referenciadas", quer dizer que foram referenciadas anteriormente. Questionou ainda sobre o trecho "Tem a criança pequena a condição de entendimento do contexto?" Se é pequena condição ou se é criança pequena. A conselheira Sandra Amorim explicou que é na verdade criança de pouca idade, pois o questionamento é se uma criança de três anos de idade será tratada da mesma forma que outra de onze anos de idade. A conselheira esclareceu que na audiência com a Ministra, foi tratado esse assunto da homogeneidade do procedimento, fazer da mesma forma com as crianças, desconsiderando as questões subjetivas e as etapas de desenvolvimento, ou seja, a forma como abordar uma criança de três anos é diferente de abordar outra maior. A conselheira Clara Goldman disse que entende a necessidade de diferenciar as situações, no entanto acredita que ao tipificar a criança de acordo com a idade, significa dizer que uma criança mais velha tem condições de ser inquirida e quando na verdade a inquirição envolve todas as crianças. Falou ainda que essa fragmentação enfraquece a capacidade de argumentação e sugeriu que fosse alterado o trecho para tem a criança capacidade de entendimento, no contexto geral, não somente as pequenas. O Presidente Humberto Verona, falou que diante desse pronunciamento há necessidade de mudança da frase, pois da forma como está, trata a criança como um protagonista, podendo ainda levar a interpretação de que a criança é incapaz. A conselheira Ana Luiza Castro disse ser importante tentar entender em quais situações surgem frases como esta, explicando que o depoimento sem danos pressupõe que a criança seja orientada sobre o que vai lhe acontecer. Porém concordou em retirar a frase "a criança de pouca idade". A Conselheira Flávia Lemos disse que também concordou em retirar a frase, pois da forma em que está dá uma margem a dizer que o adolescente tem discernimento, entrando em contra censo com outra defesa do CFP de não redução da maioridade penal, sugeriu que fosse substituída por assumem que crianças e adolescentes em etapas de desenvolvimento diferenciados. A conselheira Sandra Amorim sugeriu que se mantenha a frase, pois toda a argumentação da justiça é em cima do artigo 12 da Convenção, que diz que a criança tem o direito de se manifestar e sugeriu que fosse alterado para teriam todas as crianças e adolescentes condições de prestar depoimento. A Conselheira Ângela Caniato disse que uma coisa é dever e outra é direito, nessa situação é dever, obrigação. A Conselheira Sandra Amorim informou que a Ministra Maria do Rosário disse não compreender porque antes da inquirição não é considerado uma avaliação do psicólogo para saber se a criança está em condições de falar, ao invés de impor a ela que fale. A Conselheira Ângela Caniato falou que a criança está nessa condição seja para ser ouvida, ou seja, por estar envolvida, ela está em condição de punição e que dependerá dela a condenação ou absolvição de alguém e o objetivo do psicólogo é ouvi-la para ajudá-la e não dizer se ela está ou não pronta para depor. A Conselheira Clara Goldman ponderou ser necessário constar que essa discussão não chegou ao CONANDA, pois ao dizer no texto que "a proposta da inquirição de crianças em qualquer modalidade, não foi objeto de deliberação do CONANDA", daria margem a entender que o assunto foi discutido e não deliberado, sugerindo alteração no texto. Acrescentou que é necessário um posicionamento do CONANDA sobre o assunto e que ele assuma uma discussão ampliada. Questionou também porque foi citado o Projeto de Lei 156/2009. A Conselheira Sandra Amorim explicou que esse Projeto de Lei altera o código do processo penal e apesar de não mencionar o psicólogo, trata da escuta especial. A

conselheira Clara Goldman disse que seria importante destacar que os psicólogos estão junto a outras categorias profissionais na oposição à inquirição de crianças e adolescentes e é fundamental ter o apoio do Serviço Social, para se ter força no enfrentamento desse método. A Conselheira Flávia Lemos disse que a reabertura dessa questão é em razão das diversas reuniões do Grupo de Trabalho com participação dos *ad hocs* para retomar a questão e não desistir, chamar outras frentes, ouvi-las e somar forças, inclusive pessoas do Poder Judiciário. Falou que é importante deixar claro para o CFESS que o CFP está acompanhando o processo de São Paulo, mas é contra a escuta que está sendo proposta por este grupo. A Conselheira Márcia Mansur informou sobre o encaminhamento proposto na última reunião: construir um monitoramento e indicadores, acompanhar o projeto de São Paulo e ir ao Tribunal de Justiça apresentar a proposta de acompanhamento do projeto. Disse que haverá uma reunião no dia vinte e dois de agosto com a própria conselheira e a Iolete Ribeiro, considerando necessário a participação de mais *ad hocs* no GT. Sugeriu a participação da Conselheira Ana Luiza Castro e o Presidente Humberto Verona sugeriu também Leila Torroca e Ester Arantes. A Conselheira Ana Luíza sugeriu a participação da Eliana Olinda e disse que é necessário avaliar politicamente a sua participação, mas se dispõe a colaborar.. A Conselheira Clara Goldman sugeriu fazer um discurso mais técnico e de menor enfrentamento, considerando ser melhor a participação somente de conselheiros. A Conselheira Maria Ermínia esclareceu seu ponto de vista e reforçou que nesta questão existe importância fundamental de juntar os coletivos que lidam com as redes de proteção a criança e do adolescente, agregar consensos e não aumentar conflitos. A conselheira Clara Goldman entendeu a posição da Conselheira Maria Ermínia, mas insistiu que a discussão seja com pessoas que ajudaram a criar o momento atual da psicologia. A Conselheira Flávia Lemos concordou com a importância de manter no GT pessoas que radicalizam, mediadoras e que consigam estabelecer consenso, pois em alguns momentos precisará de pessoas para fazer enfrentamento e em outros precisará de um parecer mais técnico. Para a parte técnica indicou o nome da Leila Torroca. Após toda a discussão a nota foi aprovada com as devidas alterações. A Conselheira Sandra Amorim acrescentou um encaminhamento: de que as Comissões de orientação e ética (COEs) e Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs) se apropriassem desta discussão, pois há muita demanda nos conselhos regionais e eles estão sentindo dificuldade em responder aos profissionais. Informou também que haverá um evento no CRP 13, no dia vinte e três de setembro deste ano, para discutir sobre depoimento sem dano e o conselheiro Humberto Verona sugeriu o nome de Ester Arantes para participar. Lembrou que os nomes sugeridos para compor o grupo de *ad hocs* são: Eliana Olinda, Leila Torroca e Ester Arantes. A nota com as alterações encontra-se anexa a esta ata. A Reunião Plenária foi encerrada às vinte horas e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609

_____ *Humberto Verona*

Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona

Conselheira Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Conselheira vice presidenta Clara Goldman Ribenboim

Conselheira Ana Luiza de Souza Castro

Conselheira Ana Paula Porto Noronha

- Conselheira Adriana Eiko Matsumoto Adriana
- Conselheira Ângela Maria Pires Caniato Ângela Pires Caniato
- 612 Conselheiro Aluizio Lopes de Brito Aluizio
- 613 Conselheiro Celso Francisco Tondin Celso Tondin
- 614 Conselheira Flávia Cristina Silveira Lemos Flávia
- 615 Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Heloíza Massanaro
- 616 Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
- 617 Conselheira Marilda Castelar Marilda
- 618 Conselheira Márcia Mansur Saadallah Márcia Mansur Saadallah
- 619 Conselheira Marilene Proença Rebello de Souza Marilene P. Rebello de Souza
- 620 Conselheira Roseli Goffman Roseli Goffman
- 621 Conselheira Sandra Maria Francisco Amorim Sandra Maria Francisco Amorim

Ata da Décima reunião Plenária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada dia treze de agosto de dois mil e onze, na sede do Conselho, situada em Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às nove horas e vinte e dois minutos. A reunião foi composta pelo conselheiro presidente Humberto Cota Verona, que presidiu a reunião, pela conselheira vice-presidente Clara Goldman Ribemboim, pela conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, pela conselheira tesoureira Monalisa Nascimento dos Santos Barros e participaram os demais conselheiros do Conselho Federal de Psicologia, a saber: Aluízio Lopes de Brito, Ana Paula Noronha, Roseli Goffman, Marilene Proença Rebello de Souza, Sandra Maria Francisco Amorim, Márcia Mansur Saadallah, Ângela Maria Pires Caniato, Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro, Celso Francisco Tondin, Ana Luiza de Souza Castro, Maria Ermínia Ciliberti, Henrique José Leal Ferreira Rodrigues, Marilda Castelar, Adriana Eiko Matsumoto, Marilene Proença Rebello de Souza e Flávia Cristina Silveira Lemos. Justificaram e as conselheiras Cynthia Rejane C. A. Ciarallo, Mariãna C.M.Torres, Tânia Suely A. Brasileiro. Clara Goldman

1 - Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização. O conselheiro Aluízio Brito apresentou os seguintes pedidos de credenciamentos e recredenciamentos de cursos de especialização: Processo nº 010/2010 – Recredenciamento do núcleo formador Libertas Clínica – Escola. Curso oferecido: Psicologia Clínica, Foco em Análise Bioenergética. Especialidade: Psicologia Clínica. Nos processos nº019/2010 e nº 020/2010 ambos os credenciamentos do núcleo formador Centro de Estudos do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Os cursos oferecidos são respectivamente: Curso de Especialização de Prática Neuropsicológica na Instituição Psiquiátrica. Especialidade: Neuropsicologia e Curso de Especialização de Psicopatologia e Prática Clínica na Instituição Psiquiátrica. Especialidade: Psicologia Clínica. Processo nº 006/2011: Recredenciamento do núcleo formador Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO). Curso oferecido: Especialização em Ações Interventivas em Psicologia Clínica. Especialidade: Psicologia Clínica. Os processos nº007/2011 e nº 008/2011, ambos de recredenciamento do núcleo formador Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP) em Porto Alegre. Os cursos oferecidos são respectivamente: Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e Psicologia Clínica e Especialização em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes. Ambos com especialidade em Psicologia Clínica. O conselheiro informou que todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento estão em conformidade com a resolução e que os pareceres da comissão para todos os processos foram considerados favoráveis. O presidente Humberto Verona colocou em votação e todos os processos foram aprovados por unanimidade.

2 - Revista Psicologia Ciência e Profissão. A conselheira Marilene Proença informou que foi realizada uma reunião da comissão editorial, onde foi feito um levantamento de toda a trajetória da revista, verificando-se que a procura por ela está maior nos últimos anos em função da boa avaliação que teve. Em toda essa trajetória a revista foi indexada em novas bases de dados, sendo uma delas internacional e uma base eletrônica, permitindo acessos e buscas internacionalmente. Explicou que essa base tem um reconhecimento institucional pelos órgãos de avaliação como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) colocando, assim a revista num patamar muito bom. Disse que em outubro terá uma reunião para avaliação dos periódicos, onde provavelmente a revista terá uma nota maior, em função da entrada nessas novas bases de dados, podendo ser colocada no mesmo nível das revistas de melhor qualidade do Brasil. Por tudo isso, a comissão editorial fez uma sugestão de ampliar o próprio conselho editorial da revista. Considerando as relações de ampliação do CFP com a América Latina e ULAPSI, sugeriu também começar a publicar notas internacionais com artigos em espanhol, inserindo um ou dois artigos por número sendo o original em espanhol, fazendo interface com a América Latina através de seus conteúdos. A conselheira Monalisa Barros divulgou uma revista peruana que também está indexada numa base internacional, ponderando que a revista do CFP poderia fazer a mesma coisa. O presidente Humberto Verona consultou a plenária sobre as sugestões e elas foram acatadas por unanimidade. Outra sugestão apresentada pela conselheira Marilene Proença é em relação aos homenageados da revista, lembrando que todos eles são aprovados pela plenária do CFP. Disse que a comissão editorial indicou os seguintes nomes para compor o quadro de homenageados: Mercedes Cunha Chaves de Carvalho para a última revista de dois mil e onze. Para dois mil e doze: Francisco Pedro Estrazulas Pereira de Sousa, Maria Helena de Souza Gomes e Júlia Suris Nobre Ferro Bucher- Maluschke. A conselheira Ana Paula Noronha sugeriu pensar em alguém da área da avaliação psicológica, para coroar o ano temático e o presidente Humberto Verona se lembrou do nome do psicólogo suíço André Rey. Todos os nomes sugeridos foram aprovados pela plenária. **3 - Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA).** A conselheira Heloiza Massanaro informou que participou, como representante do CFP, do encontro da RENILA, que aconteceu no mês de julho em Belo Horizonte, a fim de discutir os caminhos do movimento neste ano para enfrentar questões da política de saúde mental, álcool e outras drogas. Relatou que até então a secretaria do movimento era no Rio Grande do Sul, mas por dificuldades internas do estado, a secretaria ficou em aberto. Houve um entendimento e decidiu-se que Belo Horizonte assumiria a secretaria e que além de discutir a pauta para o ano, o grupo tinha também a tarefa de construir a pauta para o Encontro Nacional desse movimento. Nessa reunião foi dado as linhas gerais para o encontro que acontecerá nos dias 17 a 20 de novembro de 2011 em Goiânia. Foi definido uma comissão organizadora nacional e o grupo está trabalhando na programação e organização do encontro e brevemente fará contato com os parceiros e apoiadores. Disse que há uma proposta para que o CFP seja parceiro, contribuindo para a realização do evento, onde será discutida a política geral da saúde e principalmente álcool e drogas. Falou que a RENILA enviará em breve o convite oficial. O presidente Humberto Verona contentou que o CFP tem a RENILA como seu principal parceiro no movimento social na luta antimanicomial e reforçou que deve aceitar o convite, apoiar e contribuir para a organização desse encontro. Informou que na audiência que o CFP e o Conselho Nacional de Saúde (CNS) tiveram com o movimento social e com o ministro Gilberto Carvalho, este foi sensibilizado e levou a gravidade da situação à presidenta Dilma Rousseff. Com essa intervenção a presidenta mandou suspender todas as providências que estavam em andamento com relação às políticas de álcool, outras drogas e contra o

drogas e contra o crack e convocou uma reunião com todos os ministérios envolvidos com o tema para requalificar a discussão. Relatou que a presença dos usuários foi fundamental, seus depoimentos foram convincentes e emocionantes. Disse que é necessário divulgar essa notícia no site para toda a sociedade. A conselheira Monalisa Barros informou que depois da audiência do Projeto de Lei (PL) das trinta horas, houve reunião com a Senadora Marta Suplicy para tratar não somente das políticas de álcool e drogas, mas também das comunidades terapêuticas do ponto de vista dos usuários. O gabinete da senadora se comprometeu a agendar com outros parlamentares religiosos (pastores e evangélicos) e tentar uma frente parlamentar para a saúde mental desvinculando da questão religiosa. Está-se tentando marcar uma audiência para trinta de agosto. **4 - Observatório de Saúde Mental.** A conselheira Maria Ermínia Ciliberti mostrou o site do observatório da saúde mental, (www.osm.org.br) dizendo que ele é o instrumento que se tem hoje, para receber denúncias e colocar todas as questões relacionadas a saúde mental. Mostrou uma denúncia e também como denunciar e acompanhar. Pediu a plenária pensar em como solicitar aos regionais, sem criar nenhuma polêmica nacional, que eles apoiem, divulguem e alimentem esse observatório. Indicou o nome da Elisa Zaneratto Rosa para ser colaboradora e acompanhar o Observatório de Saúde mental e sugeriu organizar uma reunião entre CFP e RENILA para estabelecer o fluxo das denúncias e divulgar o Observatório para os conselhos regionais. O plenário aprovou a indicação e as sugestões apresentadas pela conselheira. O presidente Humberto Verona disse que há vários meios de divulgação e depois poderão listar. A conselheira Heloisa Massanaro falou sobre a importância desse instrumento e na urgência no encaminhamento dos materiais, pois em setembro a Organização das Nações Unidas (ONU) vem ao Brasil para visitar Sorocaba e também hospitais e prisões em função de mortes e maus tratos. Disse que está circulando um e-mail da RENILA com a solicitação para que as pessoas encaminhem fotos e documentos de situações que identifiquem maus tratos. Há urgência que esse material seja encaminhado até dia dezesseis de agosto porque a comissão de direitos humanos precisa organizar toda a pauta para ser encaminhada a ONU e ser definida a agenda. A conselheira Ângela Caniato perguntou sobre quais ações são tomadas em relação a esses casos quando a denúncia chega e a conselheira Maria Ermínia respondeu que este é o ponto que está sendo melhorado, a RENILA trabalha com a questão de núcleo e a idéia é fomentar esses núcleos em todo o país. Disse que atualmente existem dezesseis núcleos e nessa fase está trabalhando com a questão da visibilidade das denúncias. Explicou que é necessário discutir com a RENILA e com a comissão de Direitos Humanos o que fazer com os casos, pois é uma questão nova, está numa fase muito frágil e disse que está acatando sugestões de como acompanhar as denúncias. Até o momento foi discutido apenas a questão da visibilidade e sobre ter uma pessoa para acompanhar os casos. O presidente Humberto Verona completou a informação, dizendo que o governo federal está notificado de todas as denúncias. O próprio CFP levou uma pasta com cópias de todas as denúncias que chegaram ao observatório da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Disse que o material foi entregue há três meses atrás numa audiência para tratar de Sorocaba. **5- Sorocaba/ Força-Tarefa do Ministério da Saúde Avaliará Hospitais Psiquiátricos de Todo o País.** A conselheira Maria Ermínia relatou que a mobilização em Sorocaba começou com o Sistema Conselhos, com a

participação de psicólogos jovens e recém formados que aceitaram fazer eventos na praça, dando origem ao movimento do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS). Reforçou que a situação de Sorocaba é uma questão muito polêmica e que no Sistema Conselhos já se discutia há dezesseis anos a abertura da Subsede do Conselho Regional de São Paulo em Sorocaba, até que esta foi aberta. Falou que a partir de reuniões e audiências com apoio de alguns deputados e vereadores e com parceria especial do Aldo Zaiden, Coordenador Geral de Saúde Mental e Combate a Tortura da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da república, conseguiu-se marcar uma fiscalização conjunta em dois hospitais, nos quais um o Sistema Conselhos participou e outro o Ministério da Saúde. Após esta ação, começou a ter reuniões uma vez por mês para acompanhar o processo de Sorocaba e delegou-se esta tarefa à Comissão de Direitos Humanos. Lembrou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) estão vindo ao Brasil para fazer um monitoramento nos hospitais psiquiátricos. Questionou se o CFP vai continuar acompanhando o processo de Sorocaba ou se irá delegar somente para o CRP 06, caso seja delegado considerou necessário fazer um ofício a este conselho. Caso não seja, o CFP precisará indicar um conselheiro responsável ou um psicólogo do estado de São Paulo para realizar esse acompanhamento. Informou que a Associação Brasileira de Psiquiatria nomeou os responsáveis para cuidar da saúde mental dos estados de Minas Gerais e São Paulo e também que atualmente os hospitais psiquiátricos estão sendo gestores dos CAPSs e das residências terapêuticas. A conselheira Adriana Eiko ressaltou que o caminho foi de diálogo e de construção de um projeto de saúde mental para Sorocaba. Colocou que houve dificuldades de relacionamento com a gestão pública no município, mas que vem melhorando e definindo o papel do CFP nesse processo. Disse que o grupo que acompanha o caso teve a formação a partir daquela fiscalização e contou com a participação do CFP, do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), CRP 06, Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana (CONDEP) e FLAMAS, ressaltando que a psicologia está bastante atuante. O presidente Humberto considerou que o CFP precisa acompanhar todo o movimento e se entender que o CRP 06 deve ficar com a tarefa do dia a dia, este deverá estar bem articulado com o CFP repassando permanentemente as informações e acionando para as reuniões. Pela dimensão do problema em relação à situação de muitos hospitais psiquiátricos do Brasil, Sorocaba, neste momento, é o lugar eleito para trazer a tona essa realidade que acontece em todo o país. Em Sorocaba o esquema organizou-se de uma forma histórica envolvendo toda a estrutura da administração pública municipal. É uma situação bastante complexa e considerou importante a intervenção do CFP em prol de mudanças efetivas. A conselheira Ana Luiza Castro reforçou que esta é uma questão emblemática e prioritária, onde o CFP deve estar inserido. Contou que a comissão de Direitos Humanos é formada por oito membros, mas que está apresentando alguns problemas pela falta de disponibilidade em participar das reuniões e das atividades. Colocou a necessidade de repensar a composição da comissão e criar mecanismos de fazer os trabalhos de forma mais conjunta. A conselheira Marilene Proença reiterou a posição apresentada pelo grupo da saúde mental, pois de fato Sorocaba está se destacando como uma expressão do pior trabalho de saúde mental do país, pela quantidade de hospitais e pelos absurdos que tem sido cometido há décadas na região. Disse que na gestão

passada, houve avanço com a abertura da subsede em Sorocaba, o que permitiu uma articulação, uma organização na região e um papel político mais atuante. A subsede é nova, mas atuante e compromissada com o trabalho. Sorocaba é no momento, o foco para além da Comissão de Direitos Humanos, é uma força tarefa do CFP enquanto plenária. A conselheira Maria Ermínia relatou que a comissão da saúde mental conversou informalmente com o FLAMAS e com o CRP 06 sobre Sorocaba, e eles conseguiram convencer que é fundamental a presença do CFP no interior de um estado. A comissão pensou, então, que poderia convidar um psicólogo para representar o CFP para acompanhar as questões relacionadas a Sorocaba e os nomes sugeridos são: Antônio Lancetti, Cristina Vicentin e Maria Lúcia Boarini. Reforçou que é necessário ter mais pessoas na comissão. Relatou que a partir da experiência de Sorocaba o governo está lançando uma frente, que não é o Programa Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares (PNASH), mas é um processo de fiscalização dos hospitais psiquiátricos, e o CFP ainda não se manifestou, sendo necessário elaborar um posicionamento. Disse que é uma frente nova e o governo já publicou a portaria, sugerindo encaminhar a portaria a todos os conselheiros. A conselheira Heloiza Massanaro informou que esta nova frente se deu em função da necessidade de uma avaliação mais rápida e geral e o PNASH acontecerá provavelmente no início do próximo ano. Sugeriu que o CFP pensasse sobre sua participação nesses eventos e de que forma poderá contribuir. A conselheira Flávia Lemos se disponibilizou a colaborar com a Comissão Nacional de Direitos Humanos na escrita de textos. A conselheira Clara Goldman sugeriu à conselheira Ana Luiza que quando conversar com a comissão, não pensar em uma só política, mas colocar o rol de dificuldades que poderão se agravar a partir dessas expressões e preocupações mais coletivas e articuladas. Considerou a possibilidade de identificar outros atores que possam colaborar nas ações que estão por vir e ampliar a comissão. O presidente Humberto Verona questionou se o encaminhamento é ampliar a comissão de Direitos Humanos, indicando outros nomes ou criar um grupo de apoio a comissão. A conselheira Ana Luiza informou que na reunião presencial pretende colocar as dificuldades que acabou de apresentar e solicitou que a plenária pensasse até o próximo encontro sobre a recomposição da comissão. A conselheira Marilda Castelar considerou que todos os temas relacionados a direitos humanos precisariam estar pautados, organizados e elencados nesta plenária a fim de subsidiar a reunião da comissão e ser passado aos conselhos regionais. Disse que foi pedido para pautar o tema do idoso, mas não foi atendida e lembrou que havia um GT de Direitos Humanos no planejamento estratégico. O conselheiro Humberto Verona explicou que num primeiro momento no planejamento estratégico formaram-se vários GTs e depois eles foram se reorganizando, se redistribuindo dentro das tarefas. Entendeu que o GT Direitos Humanos não existe mais e sim conselheiros dispostos a contribuir com o tema. Esclareceu que todos os assuntos devem ser pautados no plenário do CFP, discutidos e avaliados para qual comissão poderão ser encaminhados. Disse que a comissão de direitos humanos tem um planejamento próprio, é autônoma e a conselheira Ana Luiza Castro é a representante do CFP. A conselheira Marilda Castelar disse que há um grande número de assuntos relacionados a direitos humanos que precisam ser listados e apresentados a comissão de Direitos Humanos. Mesmo que não amplie o GT a conselheira Flávia Lemos colocou a possibilidade de marcar

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

reuniões telefônicas, convidando alguns colegas envolvidos com o tema, fazer um debate mínimo para trazer algo mais concreto para as plenárias e subsidiar uns aos outros em temas que são transversais. Sugeriu pensar em nomes de pessoas que tenham militância, força intelectual e política que estão chegando às universidades, mas que tenham menos tarefas e mais disponibilidade para contribuir com a comissão. A conselheira Maria Ermínia informou que a Coordenação Técnica do CFP (COTEC) encaminhará a portaria que trata do acompanhamento dos hospitais psiquiátricos a todos os conselheiros no dia quinze de agosto. Como encaminhamento sugeriu realizar monitoramento e avaliação sobre a situação da rede de saúde mental nas regiões do país. Perguntou sobre a possibilidade de o CREPOP estudar como cruzar dados. A conselheira Monalisa Barros disse que haverá o Seminário Nacional do CREPOP em novembro, onde poderá estabelecer um tempo para organizar um treinamento para cruzamento de dados técnicos. **6 – Álcool e outras Drogas.** A conselheira Heloiza Massanaro explicou que solicitou o ponto para apresentar três demandas do GT. A primeira é conversar sobre a metodologia do trabalho para tentar compreendê-la e agilizá-la, pois se entendeu que é um tema transversal e que deve incluir outros temas e outros atores. Portanto, é um desafio entender como trabalhar com a diversidade. A segunda é em relação à campanha midiática sobre álcool e outras drogas que tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre essa discussão e sobre esse entendimento junto aos regionais. O GT já propôs um documento com um texto mais longo e a tarefa, no momento, é sintetizá-lo para dar um melhor foco a campanha. E a terceira demanda diz respeito a pesquisa do CREPOP, na qual será necessário identificar nomes para contribuir na redação dos textos. O presidente Humberto Verona falou que o CFP encontra-se bastante mobilizado com estas questões da saúde, por isso eles estão sendo priorizados nesta plenária a fim de elaborar encaminhamentos fundamentais, lembrando que o tema álcool e outras drogas teve aprovado um planejamento estratégico pelo Sistema Conselhos. Além de estar priorizado na agenda pública brasileira, álcool e outras drogas foi eleito pelo Sistema Conselhos como um tema de política unificada de todo o Sistema, sendo necessário dar respostas para a sociedade sobre o que está acontecendo em relação ao tema e de como o Sistema se organiza e se articula a partir do planejamento estratégico. Falou que o posicionamento do CFP ficou bem claro nas várias audiências e fóruns que participou e que existe um manifesto do CFP com relação ao tema das drogas, onde expõe sua posição política, ou seja, de não querer tratar de forma simplista um tema tão complexo e criticando as propostas equivocadas e simplificadoras, porque foi disseminado pelo país através da imprensa, das prefeituras e até mesmo do Ministério da Saúde que há uma epidemia de crack, elegendo-a como prioridade da sociedade, deixando o álcool em segundo plano. Ressaltou que é função do CFP participar ativamente dessa campanha e alertar a sociedade sobre os riscos dessa leitura simplista. Disse que a campanha publicitária deve ser agilizada para que em vinte dias ela esteja produzida, lembrando que o CFP já tem uma direção, um posicionamento público e um manifesto que estão totalmente coerentes com o planejamento estratégico, enfim o CFP já tem elementos suficientes para fazer a campanha acontecer. Lembrou que o posicionamento tirado na APAF é contrário ao financiamento público das comunidades terapêuticas. Falou da dificuldade em encontrar uma agência publicitária que entendesse o posicionamento do conselho, porque a contaminação está tão grande

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "André" and "YB".

que as propostas apareceram todas no sentido da epidemia, como: o crack mata, saia dessa, apague essa idéia. Relatou que o Conselho Nacional de Justiça também incorporou esta campanha sempre colocando o usuário como o sujeito morto vivo, sempre na linha da morte, do terror e do condicionamento aversivo para o sujeito parar de usar drogas. Tudo isso tem efeitos objetivos que o CFP precisa enfrentar com contra pontos. A conselheira Maria Ermínia disse que é necessário combinar como se separar estruturalmente para discutir álcool e drogas, interdições e comunidades terapêuticas, pois está tudo muito confuso, o que está claro é que existe o GT da APAF coordenado pela conselheira Heloiza Massanaro. Sugeriu criar outro grupo para trabalhar na forma de projeto misturando as comissões para dar conta dessa questão. Viu necessidade de saber primeiro como se estruturar antes de falar sobre a campanha. Em relação às comunidades terapêuticas o que está claro é que está com a conselheira Ana Luíza a questão da fiscalização, é também outro ponto que precisa ser organizado, porque é uma tarefa muito diferente e muito grande. Para esse enfrentamento, disse ser necessárias uma articulação política e ter uma frente parlamentar. Disse que a força política contrária está vindo das bancadas da câmara e do senado e representam os grupos mais conservadoras do país. A conselheira Heloiza reforçou a necessidade de se discutir a metodologia, a forma como trabalhar e como se organizar enquanto grupo de trabalho. O presidente Humberto Verona ressaltou que o plenário encontra-se diante de um debate onde está claro que o assunto é intersetorial, não só do grupo da saúde, mas de todo o plenário. Entendeu que a conselheira Heloiza Massanaro tem a tarefa de organizar a participação dos grupos na discussão do tema álcool e outras drogas, de fazer circular através da lista "CFP XV", recolher as contribuições e com o apoio da equipe técnica, da assessoria de comunicação e da diretoria produzir o resultado das discussões em forma de ações. Concomitante a isso a conselheira tem também a tarefa de fazer a ponte com o Sistema Conselhos através do GT da APAF para o tema. A conselheira Flávia Lemos considerou criar um seminário e tirar um manifesto como um fórum, chamar um grupo de vinte ou trinta pessoas, buscar apoio de associações, ONGs, profissionais e movimentos sociais que trabalham com redução de danos, pois é necessário força política para articular esses movimentos, assinar petições e divulgar na internet. Disse que o CFP deve apresentar a proposta e os atores que estão apoiando. A conselheira Maria Ermínia disse que a questão sobre álcool e drogas está clara, mas comunidade terapêutica não está esclarecida e pediu para pensar na questão da frente parlamentar. Disse que é necessário dois conselheiros do CFP para que junto com a coordenadora geral do CFP, Yvone Duarte, fizesse um plano para a frente parlamentar a fim de ir a Câmara dos deputados, passando em todos os gabinetes para conseguir assinaturas. As conselheiras Roseli Goffman e Monalisa Barros se dispuseram a esta tarefa. A conselheira Maria Ermínia ponderou também sobre a necessidade de construir um plano de comunicação específico sobre álcool e drogas, colocando a posição do CFP no mundo e se dispôs a colaborar com a conselheira Heloiza e com a assessoria de comunicação do CFP na construção desse plano. Apresentou a cartilha sobre o crack do Conselho Federal de Medicina (CFM), que se encontra anexa a esta ata. O presidente Humberto Verona falou que a Fiocruz está fazendo uma pesquisa sobre esta questão e dando informações sobre a dimensão real do que significa o crack. Maria Ermínia considerou a necessidade de elaborar um plano para frente parlamentar, um plano para a

317 comunicação e um plano de ampliar as alianças do leque político, conversar com a
318 RENILA e ver quem mais de outros movimentos o CFP poderá chamar. Neste ponto,
319 por exemplo, sugeriu buscar uma aliança com a Associação Brasileira de Psicologia
320 Social (ABRAPSO) e Paulo Amarante. Informou que em São Paulo está lançando uma
321 frente antimanicomial. Em relação ao manifesto, considerou que talvez o CFP se adapte
322 a outro e chame outros atores. Disse que é preciso ter um plano político que possibilite
323 pautar os conselheiros nas discussões em todos os espaços. Reforçou a necessidade de
324 fazer esses três planos para álcool e drogas. O presidente Humberto Verona destacou
325 que a cartilha do CFM está toda voltada para o foco na droga e o foco do CFP é a
326 pessoa, considerando um contra ponto possível. A conselheira Maria Ermínia mostrou
327 também a cartilha do CNJ, anexa a esta ata. O presidente Humberto pediu que todos os
328 conselheiros lessem o manifesto do CFP, disse que ele está bem abrangente e perguntou
329 se tem alguma sugestão de modificação, embora considere que não seja necessário. A
330 conselheira Ângela Caniato disse que não viu em nenhum momento uma discussão do
331 que significa o álcool e a bebedeira dos jovens atuais, do que significa um baile em cada
332 esquina das cidades, do que significa a naturalização do uso das drogas. De todas as
333 questões, questionou qual é a compreensão da psicologia, pois viu a compreensão da
334 medicina e do CNJ, mas qual é a compreensão da psicologia sobre essa questão em
335 relação ao ser humano, já que o objetivo da psicologia é a subjetividade. Reforçou que
336 não viu em nenhum momento a compreensão dessa discussão sobre esse tema e mostrou
337 preocupação quanto à formação dos psicólogos para atuar nessa área. A conselheira
338 Roseli Goffman esclareceu que não se faz uma frente parlamentar, mas propõe na
339 câmara dos deputados a formação de uma frente. Disse que o plenário está trabalhando
340 muito e a sensação é de que está sempre devendo, expôs seu desejo de operacionalizar
341 melhor. Fez um convite aos conselheiros de que quando trouxer um tema para a
342 plenária, procurar trabalhar esse tema antes, para que no momento da reunião ele já
343 esteja mais adiantado e mais avançado. Recomendou o filme americano "O vencedor",
344 pois ilustra de onde vem a demanda de criminalizar a droga. Disse que essa demanda é
345 internacional e como a América Latina é produtora deve ser atingida na raiz. Há uma
346 contextualização política da criminalização das drogas, onde Europa e Estados Unidos
347 querem acabar com isso, evitando a exportação das drogas. Considerou importante
348 todas as organizações latino americanas fazerem essa discussão e o Brasil, como grande
349 força econômica da América Latina, deve estar preparado para liderar esse movimento.
350 Ponderou que o CFP precisa dizer que a saída é a autonomia e encontrar instrumentos
351 de políticas públicas para garantir um apoio ao cidadão usuário de crack e outras drogas
352 e não eliminá-lo da cidadania. A conselheira Monalisa Barros lembrou que no início do
353 ano o Sistema Conselhos fez um planejamento estratégico unificado para discutir álcool
354 e drogas, e a proposta construída foi encaminhada a todos os conselheiros. O presidente
355 Humberto Verona fez a leitura do manifesto do CFP sobre álcool e outras drogas que
356 encontra disponível no site do CFP e disse que ele poderá esclarecer as questões
357 levantadas pela conselheira Ângela Caniato. Após a leitura, a conselheira Ângela
358 Caniato sugeriu prudência e cuidado ao lidar com o assunto, considerando que não
359 interessa ao mundo acabar com a droga, pois ela é a maior fonte de renda nos Estados
360 Unidos. O conselheiro Aluizio Brito questionou para quem foi enviado este manifesto e
361 o presidente respondeu que até a semana passada ele não havia sido enviado a ninguém.

Explicou que o manifesto foi enviado para a folha de São Paulo para ser produzido um grande artigo sobre o assunto e como não foi realizado, o CFP decidiu divulgar o manifesto. Juntamente com a proposta apresentada pela conselheira Flávia, o CFP poderá pedir que outras entidades que concordam com este posicionamento possam assinar o manifesto junto com o CFP. O presidente Humberto Verona informou que a coordenadora geral do CFP sugeriu que se a frente parlamentar for constituída, solicitar assinaturas para este manifesto. A conselheira Maria Ermínia colocou que para continuidade da divulgação do manifesto, considerou necessário rodá-lo numa quantidade suficiente para ser levado a todas as conferências estaduais, lembrando que elas já estão todas marcadas e constam no site do Ministério da Saúde. A conselheira se dispôs a levar o manifesto para panfletar na Conferência Estadual de Saúde e para o pessoal de São Paulo. Disse que deveria ser levado a todos os estados e não ficar concentrado somente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fazer um link e depois levar para a Conferência Nacional todas as assinaturas. O presidente Humberto Verona comentou que o manifesto que estava circulando estava mal diagramado e foi encaminhada a assessoria de comunicação do CFP a solicitação de uma nova diagramação para ser impresso e distribuído de forma ampla nas conferências. A conselheira Maria Ermínia disse que o manifesto foi lançado no Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e a Cristina Vicentin também escaneou e o colocou em outras redes. A conselheira Marilene Proença informou que no dia vinte de agosto haverá o Fórum de Medicalização e considerou que a idéia de colher assinatura poderá ser pautada, pois haverá mais de trinta entidades participando, o que poderá fortalecer o documento. O presidente Humberto Verona lembrou que terá o manifesto do CFP impresso para ser planfletado e para todas as entidades poderem assinar. Disse que no manifesto impresso terá a informação de que no virtual terá espaço para a assinatura e a conselheira Maria Ermínia completou dizendo que é fundamental que no impresso esteja informando onde as entidades possam entrar no site e acessar o link. O conselheiro Aluizio considerou importante envolver todos os regionais nessa mobilização, pois é uma questão do Sistema Conselhos. O Presidente Humberto Verona informou que até quarta-feira, dezessete de agosto, o manifesto estará pronto e será encaminhado aos conselheiros. O presidente falou também do desdobramento da interlocução do CFP com o Ministério da Saúde. Explicou que o Ministério da Saúde encomendou ao CFP uma proposta de rede psicossocial para o Sistema Único de saúde (SUS), porque agora com a regulamentação da lei 8080, as regiões de saúde só serão reconhecidas pelo Ministério para fins de financiamento e outras políticas se tiverem um número estabelecido de redes. A rede psicossocial, a princípio, foi posta pensando na saúde mental, mas depois percebeu-se que ela estava além e o CFP foi chamado para ajudar nas discussões dentro dessa rede sobre a dimensão subjetiva de atenção à saúde no Brasil, sendo esta uma outra tarefa pactuada pelo CFP, onde será necessário produzir um documento sobre redes psicossociais no SUS. Disse que é necessário um conselheiro para ser o responsável por esta tarefa e convidar outras pessoas de diferentes áreas (educação, assistência social, criança e adolescente, idoso, saúde, saúde mental) para construir este documento que será apreciado pelo Plenário e depois apresentado ao Ministério da Saúde em reunião presencial. Considerou a Conselheira Flávia pronta para ajudar na organização desse

407 documento. O Presidente Humberto Verona disse que na conversa com o Ministério da
408 Saúde, foi lembrado que uma rede psicossocial não se limita a saúde mental, também
409 engloba várias outras interfaces, e será um avanço se o Ministério da Saúde for discutir
410 a rede nesta perspectiva. Enfocou ainda a importância da tarefa do CFP, sendo uma
411 contribuição para a discussão do tema em rede nacional. O Conselheiro Henrique
412 Rodrigues falou que esta é uma demanda política e técnica, onde é necessário montar
413 rapidamente uma equipe, na qual tenha um membro da diretoria e técnicos que possam
414 subsidiar a discussão. O Presidente Humberto Verona explicou que a tarefa tem etapas
415 urgentes que envolvem pessoas diferentes e momentos diferentes. Para se construir uma
416 linha para o documento, o presidente convocou o plenário para pensar em contribuições.
417 Disse que além da diretoria, será necessário um conselheiro para assumir a articulação
418 das pessoas que vão trabalhar na elaboração do documento. Lembrou que o grupo da
419 saúde está sem condições de assumir e se dedicar ao documento, devido ao grande
420 acúmulo de tarefas que já tem. Reforçou que é uma tarefa que exige dedicação e deve
421 ser priorizada, pois tem apenas um mês para ser realizada. Disse ainda, que o CFP
422 construirá a linha, as diretrizes para a elaboração do documento, mas precisa de uma
423 pessoa de notório saber e de reconhecimento público na discussão de redes
424 psicossociais para transformar a linha em texto. Disse que depois da minuta do
425 documento pronta, fazer circular na rede do CFP para que todos leiam e opinem e assim
426 marcar a audiência. O documento será apresentado para o Secretário Nacional de
427 Atenção à Saúde e todos os diretores que compõe a Secretária de Prevenção à Saúde. A
428 conselheira Flavia Lemos disse que pode contribuir com essa tarefa, mas sugeriu ter
429 dois conselheiros ao invés de um para fazer essa articulação. A conselheira Monalisa
430 Barros disse que é necessário ter uma pessoa do município, alguém da psicologia no
431 CONASEMS que conheça a política da saúde e também sobre transferência de recursos,
432 pois se o Ministério acatar o documento terá impacto financeiro no município. Portanto,
433 é necessário que seja algo factível para que o documento seja aprovado. A conselheira
434 Maria Ermínia disse que não tem condições de assumir a coordenação e considerou
435 contratar uma pessoa afinada politicamente, extremamente confiável e competente para
436 essa responsabilidade. O presidente Humberto Verona reforçou que a tarefa é construir
437 um documento com contribuição para proposta de uma rede psicossocial mínima para o
438 território, é uma proposta de organização da rede com uma visão intersetorial. Disse que
439 precisa começar a organizar, já na segunda feira, dia quinze de agosto. A conselheira
440 Clara Goldman colocou sua preocupação em não conseguir fazer toda essa articulação e
441 nem mesmo contactar as pessoas no prazo de três semanas. Considerou que a própria
442 plenária pudesse organizar um eixo central básico com o entendimento de suas
443 experiências técnicas e profissionais e ir consultando essas pessoas de referência no
444 sentido de ampliar ou não cada item. O presidente esclareceu que a partir de segunda
445 feira, dia quinze de agosto, já deverá ter uma pessoa responsável, que poderá ser
446 contratada como sugeriu a conselheira Maria Ermínia, já que todos os conselheiros
447 estão muito atarefados. Disse que está combinado que até terça feira, dia dezesseis de
448 agosto, os conselheiros encaminharão sugestões para o eixo do documento, passando
449 para essa pessoa responsável a direção que o CFP quer dar para esse documento. A
450 partir de então, essa pessoa buscará subsídios para produzir uma minuta do documento
451 que apresentará aos conselheiros para ser apreciada. O presidente questionou se essa

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



452 pessoa será algum conselheiro ou um contratado. A conselheira Flavia Lemos
453 concordou em fazer reuniões telefônicas entre os conselheiros e pensar tópicos para o
454 projeto. Sugeriu o nome de Ana Maria Pereira Lopes. Vendo dificuldades em encontrar
455 uma pessoa que aceite essa tarefa no prazo estipulado, a conselheira Clara Goldman
456 considerou interessante ter um plano alternativo para essa demanda. A conselheira
457 Marilene Proença ressaltou que esta é uma encomenda extremamente delicada.
458 Ponderou que para a proposta de ter uma linha mestra entre os conselheiros deva ser
459 feito de forma mais presencial possível e ter clareza de todas as diretrizes psicossociais
460 fundamentais para o documento. Sugeriu já, neste momento, agendar uma reunião
461 telefônica e definir quais os conselheiros que participarão, a fim de montar a proposta
462 do CFP para uma rede psicossocial. A conselheira Maria Ermínia colocou que a
463 encomenda não é serviço da psicologia, a rede não é só assunto da psicologia, é uma
464 rede psicossocial. A proposta é de estruturação da rede, neste sentido insistiu na questão
465 de quem deve construir são pessoas que conheçam a discussão e reconheceu a
466 dificuldade de encontrar pessoas com agenda disponível para o prazo estipulado. Disse
467 que o texto deverá ser trabalhado nas diretrizes que estão na lei 8080, onde o objetivo é
468 contemplar a dimensão subjetiva da saúde, lembrando que o texto será escrito para uma
469 equipe interdisciplinar. Durante a Plenária, Ana Lopes foi consultada pela diretoria e
470 aceitou coordenar o projeto. A Coordenação Técnica irá encaminhar para Ana Lopes a
471 sistematização dos eixos. O presidente Humberto Verona informou que foi criado o e-
472 mail saúde@pol.org.br exclusivo para as sugestões e contribuições. Confirmou que as
473 sugestões deverão ser encaminhadas até terça feira e marcar uma reunião telefônica com
474 os conselheiros que puderem participar para organizar as sugestões e passar para Ana
475 Lopes. Após discussão os nomes sugeridos foram de Lumena Furtado, Rosemeire Silva,
476 Magda Dimenstei, Túlio Batista, Nelson Figueiras representante do grupo do Emerson
477 Mehry. O presidente informou que o CRP 06 pediu autorização e orientação ao CFP
478 para participar do 10º Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos das
479 Madres. A conselheira Clara Goldman respondeu que o tema não foi pautado para esta
480 plenária, que o CFP não tem posição elaborada e é necessário avaliar com cautela. **7 -**
481 **Comunidades terapêuticas.** A Conselheira Ana Luíza Castro iniciou o ponto relatando
482 que historicamente a Comissão Nacional de Direitos Humanos tem feito inspeções a
483 populações privadas de liberdade, primeiramente foi feito em hospícios, em seguida nas
484 internações para adolescentes em conflitos com a lei e por último nas Instituições de
485 Longa Permanência para Idosos (ILPIs - Asilos). Lembrou ainda que havia um acordo
486 feito no ano de dois mil e dez, no qual a Comissão enfrentaria os presídios este ano.
487 Mas, diante da notícia de que a ONU virá inspecionar os presídios neste ano no Brasil, a
488 Comissão resolveu mudar a sua linha inspeção e enfrentar às comunidades terapêuticas.
489 Informou que a idéia é de que a Comissão pactue com os Regionais esse enfrentamento,
490 disse também que está pronta toda a listagem de todas as comunidades no país, o roteiro
491 de inspeção e também o manual. Considerou que seja um exemplo claro de uma ação
492 transversal, uma vez que a Comissão Nacional fazendo a inspeção e apresentando o
493 relatório, estará contribuindo para a construção desta política. A Conselheira Maria
494 Ermínia informou que está enviando um pedido aos Conselhos Regionais para que
mandem ao CFP um levantamento de denúncias de maus-tratos e violações de direitos
humanos em comunidades terapêuticas, presídios e hospitais psiquiátricos para compor

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Ana', 'Clara', 'Humberto', 'Rosemeire', 'Magda', 'Túlio', 'Nelson', 'Emerson', 'Mehry', 'Lumena', 'Furtado', 'Rosemeire', 'Silva', 'Magda', 'Dimenstei', 'Túlio', 'Batista', 'Nelson', 'Figueiras', 'Clara', 'Goldman', 'Ana', 'Luíza', 'Castro', 'Maria', 'Ermínia']

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Ana', 'Clara', 'Humberto', 'Rosemeire', 'Magda', 'Túlio', 'Nelson', 'Emerson', 'Mehry', 'Lumena', 'Furtado', 'Rosemeire', 'Silva', 'Magda', 'Dimenstei', 'Túlio', 'Batista', 'Nelson', 'Figueiras', 'Clara', 'Goldman', 'Ana', 'Luíza', 'Castro', 'Maria', 'Ermínia']

o dossiê. Pediu ainda para os conselheiros que tiverem contato com os regionais reforçarem que é necessária urgência. **8 – Atestado Psicológico.** O presidente Humberto Verona disse que a resolução interna do CFP que criou o atestado psicológico não tem reconhecimento na sociedade, nem no setor público e nem no privado, acarretando uma série de reclamações de psicólogos. Falou que é necessário uma definição em lei para que o atestado tenha validade para fins de licença, afastamento e outros que o atestado médico contempla. A conselheira Maria Ermínia comentou que a partir do ato médico, muitos lugares não aceitam mais nem o atestado de horas ou do dia. Considerou que primeiro é necessário dar uma resposta a categoria dizendo que é uma questão política e que o CFP não está parado neste ponto. Ponderou que a única saída possível é o CFP articular a criação de um Projeto de Lei que garanta ao psicólogo o direito de emitir atestado. O presidente Humberto Verona sugeriu que o CFP fizesse uma discussão no Conselhinho, levando a proposta de entrar com um projeto de lei para que todas as profissões da saúde possam legalmente emitir atestados. Caso a proposta não tenha aceitação, elaborar uma proposta exclusiva da psicologia. Ficou decidido que a Assessoria Jurídica do CFP irá elaborar uma minuta para levar ao Conselhinho e também uma minuta específica da Psicologia sobre a emissão de atestados. **9 – Seminário Psicologia Online.** O Conselheiro Aluizio Brito relatou que a Minuta de alteração da Resolução de Credenciamento de Sites esteve em discussão em três APAFs e ainda não foi apreciada. Lembrou que em uma discussão da plenária foi acordado a criação de um Seminário Nacional a ser realizado pelo CFP. Informou que o seminário foi organizado e divulgado no sistema e acontecerá em novembro, no qual o objetivo é motivar os regionais a discutirem o tema psicologia e internet para que em dezembro a minuta seja apreciada. O conselheiro apresentou a estrutura do Seminário que segue anexo a esta ata, as mesas e seus representantes. Considerando que a resolução em vigor não contempla a realidade atual, como os atendimentos onlines, o conselheiro Henrique Rodrigues sugeriu fazer uma conferência no final do seminário, criando um grupo de trabalho para reformular a resolução com mecanismos mais modernos, que possam criar maior condição de controle do CFP sobre estas questões. A Conselheira Adriana Eiko questionou se a discussão parte da minuta que não conseguiu ser aprovada na APAF, perguntou ainda se é um novo momento de debate e a minuta surge como uma das propostas, como pensar em estratégias regionais e nacional para se trabalhar na modificação da resolução. Informou que participou de uma reunião em São Paulo com o CRP 06, representando o CFP, e houve uma preocupação muito grande com os conceitos utilizados, se é psicologia online ou atendimento psicológico mediado por computador, ficou como consenso que precisa ser melhor trabalhada a questão de serviços psicológicos a distância, porque a interface computador online não necessariamente responde a toda diversidade deste campo. A Conselheira Roseli Goffman comentou que o entendimento do GT é que a demanda reprimida é enorme e se não atender o que o campo da psicologia está fazendo hoje mediado por computador, skype e telefone, será um passo para trás e um incentivo a pirataria. Ressaltou que esta é uma proposta de sistematização de conhecimento, considerando acatar o que já foi encaminhado na APAF e chamar pessoas que possam ajudar a elaborar a nova resolução da psicologia acolhendo toda essa pirataria. Ponderou que é necessário a psicologia ter uma regulação, mas que acolha os piratas, abrindo o campo para o debate

e ouvindo todos os setores envolvidos caminhando, assim, para uma resolução mais moderna e que atenda os interesses. Informou que o CFP foi convidado pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil para participar de um evento que se realizará em outubro sobre governança na internet, ou seja, legislação, regulação, distribuição de domínios. Disse que a Internet é um espaço muito democrático e muito livre, no entanto ela tem uma regulação, a qual quem faz é o Comitê. Sugeriu os nomes de Fátima Nassif, Sueli Squiavo para representar o CFP neste evento, caso essa participação seja aprovada pelo Plenário. Considerou que provavelmente o CFP não será convidado para compor alguma mesa e sim para participar do debate, uma vez que não tem ainda uma opinião qualificada. Acrescentou que é um Congresso no qual será possível conhecer a regulação internacional, ver como a América Latina, Europa e Estados Unidos estão regulando e então poder avançar para fazer uma resolução moderna com critérios éticos. A conselheira Maria Ermínia falou que a única vez que entrou no Boletim com elogios no Conselho Nacional da Saúde, foi na possibilidade dos psicólogos poderem interagir com os usuários em especial de algumas áreas na região Norte do País. Disse que atualmente tem-se trabalhado a demanda, pelo menos na área da Saúde, dos recursos da questão serem utilizados como prática de inclusão e a demanda em especial do Fórum de patologias de que possa se massificar inclusive em questões muito específicas. Reforçou que talvez se deva incorporar na questão de sociedade em rede o discurso político das outras áreas, pois qualquer instrumento tem que servir para um projeto de inclusão social. O Conselheiro Henrique Rodrigues disse que a questão da psicoterapia tem que ser muito bem discutida, pois existem psicoterapias passíveis de serem usadas por meio de computador e outras não. Reforçou que é uma questão muito delicada, por isso cabe no PSICOINFO discutir de forma bem ampla o que se entende de atendimento à distância, no caso específico até da psicoterapia. Considerou importante trazer pessoas de várias abordagens que possam refletir esse tema. Disse que todo documento produzido deve ser discutido e reavaliado, pois o GT almeja pensar se estes temas estão condizentes com a proposta que está sendo encaminhada e ainda se dentro desses subtemas, existe algo a ser modificado ou não, e que pessoas poderiam ser acolhidas para falar deste tema ou subtemas. Propôs utilizar o espaço do CFP XV para trazer informações. A Conselheira Flávia Lemos disse que só falta uma proposta final de grupos temáticos de trabalhos, para que as pessoas possam fazer recomendações, sugestões e debates a partir das orientações gerais dos debates do próprio seminário. Sugeriu retirar da primeira mesa do dia cinco de novembro o tema Internet e colocar Novas Mídias e Tecnologias. Na segunda mesa sugeriu que fosse tratada a Inclusão, colocando temas como Psicologia em Rede e Inclusão e Direito Humanos na Sociedade em Rede. Sugeriu o nome do Rogério da Costa, professor da PUC, para o tema Novas Mídias e Comunicação. O Conselheiro Aluizio Brito informou que o maior questionamento dos psicólogos sobre a questão de credenciamento de sites e sobre a resolução é se podem ou não fazer psicoterapia por computador. Relatou que houve no mês de junho e julho muitas entrevistas em todo o Brasil, nas quais a categoria pedia para discutir este tema e a pergunta dos jornalistas eram se pode ou não fazer psicoterapia pela internet e se pode como fazê-la, se não pode, quando poderá. Por isso a Conferência tentará problematizar esta questão. A conselheira Clara Goldman sugeriu não começar discutindo o que pode e o que não pode e sim, os aspectos técnicos e éticos

da psicoterapia à distância, pois é necessário discutir tecnicamente, eticamente e politicamente este tema. Questionou qual será a tarefa para os regionais, pois para o Seminário Nacional ser mais rico no debate necessita ser bem discutido nos regionais. O Conselheiro Aluizio Brito esclareceu que se pensou em divulgar o Seminário muito bem dentro do Sistema, para que o Sistema possa de alguma forma, fazer alguma coisa e não atrelá-lo ao modelo que foi indicado na discussão para a resolução. O que se pretende é que os regionais mandem pessoas que estão discutindo o tema. A conselheira Clara Goldman expôs uma preocupação em não conseguir instalar essa discussão na base, considerando necessário fazer uma ampla divulgação e o presidente Humberto Verona sugeriu realizar esse seminário com transmissão online. Disse que o CRP-06 tem a tecnologia comprada e disse em verificar a disponibilidade em realizar a transmissão neste conselho, até mesmo para reduzir despesas. A conselheira Marilene Proença ponderou que em uma das mesas ou em algum momento do evento poderia ser encomendado um trabalho de revisão de literatura sobre o que a psicologia já tem pesquisado e construído sobre o tema no campo acadêmico, realizar uma análise das publicações sobre o tema feito na revista Psicologia Ciência e Profissão, nos últimos doze anos. Sugeriu para esta tarefa convidar Ana Maria Nicolaci da Costa. O conselheiro Henrique Rodrigues levantou algumas preocupações, disse que ao colocar a questão da psicoterapia duas coisas poderão acontecer; uma é a discussão sobre a questão da psicoterapia ser de exclusividade ou não da psicologia. A segunda é que os conselhos regionais vão cobrar do CFP a falta de continuidade do ano da psicoterapia na qual esse tema estava contemplado, inclusive a questão da internet e da psicoterapia. Considerou necessário retomar essa discussão. A conselheira Maria Ermínia lembrou que prontuários eletrônicos e transmissão de dados via online já pode ser feito, já está encaminhado no país. Em relação à psicoterapia disse que quando unificar todo o sistema dentro de uns dez a quinze anos, tudo será online. A conselheira Roseli Goffman sugeriu incluir em alguma das mesas o tema digitalização que tem acontecido no serviço público. Atentou para o fato do seminário não contemplar a avaliação online. Colocou que o atraso do CFP nessa abordagem tem acontecido que a psicologia está entregando todo o atendimento online para outras categorias profissionais que tenham qualificação em psicoterapia. Consultou sobre a participação do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática da PUC de São Paulo (NPPI) com a representante Rosa Farah. A conselheira Adriana Eiko informou que o CRP 06 fará um evento preparatório para esse seminário e que será um mês antes. Considerou que o GT da APAF possa dialogar e conduzir para uma data que não confronte com outros eventos. Informou também que um dos temas que o GT pensou em levar para o debate, em um evento que ocorrerá provavelmente no início de outubro, é sobre a segurança das informações na rede. O presidente Humberto Verona informou que está em processo de compra dos equipamentos de transmissão online para o CFP, ainda este ano. Foi definido o nome do seminário: "Seminário sobre Serviços Psicológicos Online." A programação em anexo encontra-se já com as alterações sugeridas nesta plenária. **10 – Grafologia.** O objetivo deste ponto foi aprovar o texto sobre grafologia escrito por entidades indicadas pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) encaminhado ao Senador Rodrigo Rollemberg, o qual foi lido na íntegra pela Conselheira Ana Paula Noronha e que se encontra em anexo. A conselheira Adriana Eiko expôs que em

nenhum momento sentiu um acolhimento no sentido de pesquisa ou de aproximação com o campo, ou mesmo de algo que possa ajudar a argumentar o porquê da grafologia não poder ser uma profissão em separado. Sugeriu mudar o tom do texto, colocando que a grafologia carece de estudos mais aprofundados e não dizer de forma contundente que não é e nem pode ser uma prática psicológica. O presidente Humberto Verona esclareceu que pode sugerir a inclusão de alguma coisa, mas não pode alterar a carta. Lembrou que já existe um PL em favor da grafologia e a finalidade da carta é dizer não a criação desta profissão. Considerou importante o posicionamento apresentado na carta. A conselheira Ângela Caniato propôs mudança na redação do item nove, excluindo a frase que compara a tomografia com a grafologia. A conselheira Clara Goldman ponderou sobre a necessidade de argumentar politicamente sobre a grafologia não poder ser uma profissão regulamentada. Sugeriu acrescentar um parágrafo dizendo que a psicologia tem interesse e acompanhará a evolução da construção dos indicadores científicos dessa técnica. Disse que o CFP não deve assumir um posicionamento cooperativo e sectário. Questionou a frase “não reconhece a validade da referida técnica usada como único instrumento de diagnóstico”, sugeriu retirar “usada como único instrumento”, a fim de não causar dúvidas, pois não reconhece como instrumento nenhum. Questionou qual o status da grafologia dentro da psicologia, se é uma técnica complementar e se pode ser usada. A conselheira Ana Paula respondeu que se a técnica não é considerada, não pode ser usada, está previsto na resolução 002/2003. O conselheiro Celso Tondin sugeriu que os parágrafos nove e dezenove sejam melhores esclarecidos quando falam da técnica, para não haver contradição. Acrescentou que mesmo que a grafologia seja uma técnica, uma técnica só não justifica uma profissão. O conselheiro solicitou que o PL seja encaminhado aos conselheiros. A conselheira Clara Goldman comentou que a leitura que se faz é do ponto de vista da ciência e a grafologia não exibe um status de ciência. Em função disso, não pode ser considerada profissão. O conselheiro Aluizio Brito propõe a eliminação dos parágrafos nove e dezenove e dar ênfase na questão da grafologia não ter base científica. O Presidente Humberto Verona esclareceu que estas sugestões serão levadas pela Conselheira Ana Paula ao FENPB e este decidirá sobre a redação final da nota. A Conselheira Maria Ermínia solicitou pauta sobre o FENBP, porque foi discutido por esta plenária que o CFP seria contra todos os atos, então considerou necessário ser coerente com as posições tomadas. Disse que esta é uma questão igual a das práticas psicológicas e lembrou que existe um documento, sobre o tema, elaborado por Carmen Rotandano Taverna (CRP 06) em dois mil e nove que foi enviado ao CFP. Sugeriu resgatar esse documento. Disse que o FENPB deve discutir as questões macro da psicologia brasileira e não mover tanto esforço para esta questão. O Presidente Humberto Verona explicou que na APAF de maio deste ano o CRP 09 apresentou uma denúncia sobre a existência de um PL criando esta profissão, todos os Conselhos regionais e o CFP, indignados decidiram criar uma força tarefa para impedir esta regulamentação, e por considerar o fato um problema da psicologia brasileira, levaram este tema ao FENPB. A orientação dada pelo FENPB foi de que o CFP criasse uma nota apresentando a posição coletiva e não do CFP. **11- Psicologia no Ensino Médio.** O Conselheiro Celso Tondin comentou sobre um relato redigido por Alacir Villa Valle Cruces sobre a reunião, acontecida em primeiro de julho com a Deputada Luíza Erundina para tratar do PL 105/2007 - Inclusão da Psicologia no Ensino

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including "soz ante", "UP", "d", and several other illegible marks.

Médio. Este encontra-se anexo a esta ata. Após todos apreciarem o relato foram corrigidos os seguintes itens: termo PL 105/97 para PL 105/2007 e Comissão de Educação e Cultura do Senado para Comissão e Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O conselheiro disse que na lista de e-mails o assunto não se desenvolveu, não houve repercussão e ainda, consta que o Sistema Conselhos não cuida da questão, não havendo respostas para isto. Também falou que, como encaminhamento, é interessante pensar uma forma de comunicar a retomada deste tema à categoria. Ressaltou que será necessário buscar Assessoria Parlamentar para não somente trazer as informações copiladas, mas para acompanhar o andamento político dos projetos relacionados à Psicologia nas escolas públicas; bulliing, dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e psicopedagogia traçando assim estratégias políticas de atuação. A Conselheira Marilene Proença relatou que foi mapeado os projetos políticos e verificou-se mais de trinta que estão na pauta de várias áreas da educação. Sugeriu a criação de uma cartilha desses projetos, fazer um levantamento de que projetos são estes, mapear o que é necessário acompanhar e pensar ações conjuntas para atuar em cada uma dessas frentes. O Conselheiro Celso Tondin reforçou que este livreto teria a pretensão de demonstrar uma posição política a respeito da psicologia na educação como um todo, mantendo assim uma linha de coerência e sendo mais fácil dialogar com os deputados. O Presidente Humberto Verona disse que entendeu-se que a maioria desses projetos acontece no ambiente da escola e que seria sobre a presença do psicólogo neste ambiente tratando de todas estas questões. Ponderou que ao fazer a organização de todos esses projetos colocar o motivo de defender o psicólogo nas escolas e definir suas as atribuições. O Conselheiro Celso Tondin explicou que a psicologia pensa a educação a partir de diversas concepções e, além disso, tem a preocupação com a atuação específica do psicólogo na escola. A Conselheira Marilene Proença considerou pensar em quais estratégias levar no enfrentamento dos projetos de leis. Pensar uma estratégia de aproximação parlamentar expondo as ações que os psicólogos estão propondo para o campo da educação. Disse que já existe um documento construído, onde mostra que a atuação do psicólogo na escola é direcionado para o desenvolvimento e para aprendizagem da criança e não para o diagnóstico e para o tratamento. Reforçou que a psicologia já tem construída uma visão de atuação do psicólogo no campo da educação básica. A Conselheira Ângela Caniato lembrou que a discussão era sobre a inserção da psicologia no ensino médio, como disciplina e não enquanto profissão do psicólogo na escola. Falou ainda que é necessário tomar um posicionamento sobre a forma como o bulliing é tratado, pois a maioria dos artigos sobre este tema, o trata como uma expressão de violência do indivíduo, considerando o praticante como um criminoso. A Conselheira Adriana Eiko falou que a proposta da cartilha é interessante, pois ajudaria o CFP a potencializar o acompanhamento dos processos no legislativo e sugeriu que fosse feita essa organização dos projetos em todas as áreas e não só na educação. A Conselheira Roseli Goffman lembrou de uma estratégia legislativa que é apensar projetos. Disse que seria interessante solicitar a um dos relatores apensar todos os projetos assemelhados, possibilitando acompanhar apenas um, pois não é possível acompanhar todos. Sugeriu marcar reunião com as pessoas que fazem esse acompanhamento no legislativo para fazer esta condução. Ponderou que o bulliing é um problema social, o qual não se resolve criminalizando crianças em

escolas. A Conselheira Monalisa informou aos Conselheiros Celso Tondin e Marilene Proença que a Assessoria Parlamentar do CFP poderá ser demandada no que for preciso e que poderá também solicitar o contato com a assessoria parlamentar do CFP - Macro Política - e pedir para dividir em quatro blocos os PLs da Educação. Colocou que está preocupada com a situação financeira, lembrando do acordo feito de que quando os GTs foram se reunir aproveitar a situação de plenária ou fazer reunião telefônica, evitando custos. O presidente Humberto Verona conferiu o encaminhamento para o ponto do ensino médio: aguardar no máximo até a próxima semana a definição do relator, caso não aconteça, procurar novamente a deputada Luíza Erundina para saber se ela conseguiu contato com o deputado Gabriel Chalita e se ele aceitou ou não ser o relator; avaliar se é o caso de divulgar junto à categoria com o movimento que aconteceu neste pleito, para mostrar que o CFP não está sem ação. O Conselheiro Humberto Verona avaliou que tendo definido o relator, retomar a campanha, enviar e-mails para os Senadores pedindo a aprovação do PL e resgatar a graúna (gravura feita pelo desenhista Henfil para a campanha da inclusão da psicologia no ensino médio). Pedir uma audiência pública a partir do relator do PL da Psicologia no Ensino Médio (PL 105/2007). Falou ainda para aguardar a definição do relator e após isso iniciar uma campanha do CFP junto com as entidades do FENPB que acompanham o GT e com as entidades estudantis levando em consideração o retorno da licenciatura em Psicologia conforme novas diretrizes curriculares. A Conselheira Maria Ermínia considerou interessante conversar com a entidade representativa dos alunos do Ensino Médio. O Conselheiro Celso Tondin falou que é importante na campanha dialogar com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), pois agora é obrigatória a oferta da licenciatura e facultativo para o aluno. O Presidente Humberto Verona disse estar acatada a idéia de fazer a cartilha sobre os PLs relacionados com a educação e crianças e adolescentes para subsidiar as ações do CFP e seguir o mesmo modelo de organizar todos os projetos em um documento só, para outras áreas também, uma vez que o livreto ajuda a acompanhar e pensar ações estratégicas. Sugeriu ainda escrever de início uma nota apresentando as contribuições do CFP para o debate sobre o bullying, levando em consideração, inclusive, os PLs a respeito do tema e depois criar com mais calma um documento mais elaborado. A conselheira Clara Goldman informou que o Conselho Nacional de Justiça tem uma cartilha sobre bullying. A Conselheira Maria Ermínia disse que caso seja feito o material sobre bullying que seria interesse usá-lo na Conferência Nacional da Juventude. A conselheira Marilene Proença ressaltou que o item doze da cartilha do CNJ sobre o bullying trata sobre o papel da escola para evitar o bullying na escolar. A Conselheira Clara Goldman sugeriu que a criação da cartilha sobre bullying fosse direcionada para a sociedade e não para as ações do CFP. A Conselheira Flávia Lemos disse que a cartilha deve falar da posição frente o debate sobre o bullying e a conselheira Marilene Proença sugeriu elaborar a cartilha em parceria com os temas direitos humanos, crianças e adolescente e educação, dessa forma abarcar as discussões que estão nas três áreas. A Conselheira Marilene Proença ficou responsável por fazer a cartilha com a colaboração das seguintes conselheiras: Flávia Lemos, Sandra Amorim, Ângela Caniato e o conselheiro Celso Tondin. O Conselheiro Henrique Rodrigues ressaltou que o bullying da maneira como ele é trabalhado leva ao caminho da medicalização, ele não é considerado como uma violência do campo social e sim do

campo médico, então os psicólogos devem deixar claro a sua posição sobre o tema, que é a não medicalização. O conselheiro Celso Tondin atentou para um erro na pauta, pois o ponto que trata da Psicologia no Ensino Médio é na verdade a Atuação do Psicólogo na Educação e dentro dele tem se os seguintes encaminhamentos: fazer cartilha com os projetos relacionados com a educação e crianças e adolescentes para subsidiar as ações do CFP; escrever nota do CFP com posição frente ao debate sobre o bullying levando em consideração, inclusive, os PLs a respeito do tema; elaborar cartilha de debate sobre violência e preconceito na escola (bullying) para a sociedade elaborada por direitos humanos, educação e criança e adolescente. No ponto Psicologia no Ensino Médio foi acordado: retomar a campanha com o FENPB com a participação das entidades estudantis e levando em consideração o retorno da licenciatura em Psicologia conforme novas diretrizes curriculares; pedir uma audiência pública a partir do relator do PL da Psicologia no Ensino Médio (PL 105/07). **12 - Medicalização da Educação e da sociedade.** A Conselheira Marilene Proença iniciou a discussão informando que haverá deliberações neste ponto. Relatou que tem participado, como representante do CFP, desde fevereiro, do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, no entanto, já estava participando como representante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, por isso o Conselheiro Celso Tondin está se dispondo a ser o representante do CFP, e a Conselheira será a suplente. Pediu aprovação da Plenária para a mudança de representação. Informou ainda sobre as várias ações realizadas no Fórum e destacou que já foi aprovado o regimento interno e a criação de um site do Fórum que entrará no ar a partir do dia vinte de agosto. Disse ainda que tem divulgado o Manifesto (segue anexo) nos eventos das entidades da Associação e sugeriu que também fosse divulgado nos eventos apoiados pelo CFP. O Presidente Humberto Verona fez o encaminhamento de reproduzir o manifesto em quantidade suficiente para distribuição a partir do modelo que será encaminhado pela conselheira Marilene Proença. A Conselheira Marilene Proença sugeriu também que cada entidade tenha alencado em seu site um banner do Fórum para que a comunicação se reproduza entre todas elas. Disse que nos últimos meses a assessoria de imprensa do CFP recebeu várias demandas de entrevistas e para que o CFP fale a respeito do tema. Informou que será enviado um ofício aos conselhos de saúde dos municípios para que eles solicitem a Secretaria de Saúde, um levantamento com o máximo possível de municípios, da quantidade comprada pelas prefeituras dos medicamentos Metilfenidato. O Presidente Humberto Verona disse que o CFP poderia fazer um ofício solicitando ao Ministério da Saúde essas informações e depois encaminhar ao Fórum. A conselheira Heloiza Massanaro sugeriu incluir também a consulta sobre Benzodiazepinas e Anfetaminas. A Conselheira Marilene Proença passou os informes sobre o Segundo Seminário Internacional sobre Educação Medicalizada - Novas Capturas e Antigos Diagnósticos na era dos Transtornos, que será realizado de onze a quatorze de novembro deste ano. Informou que haverá participação de um professor neurologista construtivista, dos Estados Unidos, contrário a visão da neuroimagem como comprobatória da dislexia, de três membros do Fórum ADD, da Argentina, que critica a patologização da infância. Disse que o ex-ministro Temporão falará da indústria farmacêutica e medicalização e contará também com especialistas da área da lingüística que mostrarão como se dá o processo de aquisição de leitura e escrita. A Conselheira reforçou que o Fórum teve uma

812 grande repercussão, e a Associação Brasileira de Dislexia, por ser contrária ao
813 movimento, se reuniu com a Associação de Déficit de Atenção e fizeram uma cartilha
814 afirmando que a posição do Fórum é ideológica e não científica. Informou ainda que
815 no primeiro dia do Seminário será lançada uma frente Parlamentar contra a
816 Medicalização e no final junto com o Fórum da Argentina, tirar a Carta de São Paulo,
817 que é uma carta conjunta com o Fórum argentino. Sugeriu ainda que o Plenário
818 indicasse duas ou três pessoas para participar do Seminário. Disse que foi aprovado o
819 dia municipal de luta contra a medicalização no estado de São Paulo (onze de
820 novembro). A Conselheira lembrou de dois encaminhamentos feitos na APAF de maio
821 a partir dessa discussão: que os conselhos regionais deveriam se apropriar do tema e
822 promover eventos em seus estados e pautar na APAF de dezembro um posicionamento
823 do Sistema a ser construído coletivamente. A conselheira sugeriu como contribuição do
824 CFP, para que a discussão aconteça, organizar em um ofício todas as informações sobre
825 o tema Medicalização como: o Manifesto, Fórum e o Seminário e fazer uma reunião
826 com os Conselhos Regionais, esclarecendo o assunto e a partir disso pensar uma forma
827 de articular um posicionamento coletivo do Sistema. O Presidente Humberto Verona
828 falou que será necessário pautar para a Plenária de novembro ou dezembro para que
829 assim haja tempo para construir uma proposta para APAF de dois mil e doze. Apoiou
830 também a sugestão de fazer um ofício aos regionais os convidando a participarem do
831 Seminário e a reunirem-se para discussão do tema. O presidente conferiu os seguintes
832 encaminhamentos: O Conselheiro Celso Tondin passará a substituir a Conselheira
833 Marilene Proença na representação do CFP no Fórum; O CFP irá reproduzir e distribuir
834 o Manifesto do Fórum, em todos os eventos promovidos pelo CFP; Criar um link no site
835 do CFP para o site do Fórum e sugerir aos regionais que também façam o mesmo; O
836 CFP encaminhará ofício ao Ministério da Saúde solicitando informações sobre a compra
837 dos medicamentos: Metilfenidato, Benzodiazepínicos e Anfetaminas, nos últimos cinco
838 anos; O CFP encaminhará ofício ao CONASS (Conselho Nacional de Secretários de
839 Saúde) e CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde),
840 solicitando dados sobre a compra desses medicamentos pelos estados e prefeituras;
841 Construir uma proposta de posicionamento de encaminhamento para APAF e pautar
842 para a Plenária de novembro ou dezembro; Fazer ofício aos Conselhos Regionais sobre
843 a divulgação do segundo Seminário e dos diversos materiais do Fórum. **13 - Definição
844 da Comissão Julgadora do Prêmio Profissional "Avaliação na Perspectiva dos
845 Direitos Humanos"** A Conselheira Ana Paula Noronha informou que o GT está
846 organizando os critérios para o Prêmio Profissional havendo necessidade de definir a
847 comissão julgadora, sugeriu duas *Ad hoc*: Acácia Angeli dos Santos e Alexandra
848 Anashe e as duas presidentas das entidades científicas voltadas à avaliação: Caroline
849 Repoldi do IBAP Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e a Deise
850 Âmparo da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRO). A
851 conselheira Clara Goldman lembrou que o "Prêmio da Mulher" foi uma experiência
852 recente de prêmio profissional, na qual fizeram parte da comissão julgadora um
853 assistente social, uma socióloga representando o Centro Feminista de Estudos e
854 Assessoria (CFEMEA) e a Coordenadora Geral do CFP Ivone Duarte. Devido uma
contribuição satisfatória da área de direitos humanos, sugeriu ampliar a comissão
julgadora, não necessariamente por pessoas da área de psicologia ou de avaliação, tendo

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

857 assim a avaliação de outro campo profissional. A Conselheira Ana Paula pediu
858 sugestões de nomes de pessoas que poderiam colaborar. O Presidente Humberto Verona
859 sugeriu pedir indicação de um nome ao Fórum Nacional de Direitos Humanos e outro
860 para a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP para compor a comissão e o
861 plenário aprovou os nomes já indicados pela Conselheira Ana Paula. **14 - Distribuição**
862 **dos Processos Éticos.** O Conselheiro Aluizio Brito iniciou a distribuição dos processos
863 éticos expondo a dificuldade de manter dois processos por relatoria e propôs trabalhar
864 com quatro relatorias para cada conselheiro. Sugeriu ainda a distribuição para as
865 plenárias do mês de novembro e dezembro, onde todos os conselheiros se
866 responsabilizariam por dois processos, na sequencia três e depois quatro, não deixando
867 o critério de livre escolha. Falou ainda que próximo à reunião plenária, caso o
868 conselheiro não possa participar, deverá permutar com outro conselheiro. Fez um
869 levantamento de quem só tem um processo ético as quais foram as conselheiras: Maria
870 Ermínia Ciliberti, Marilene Proença, Tânia Brasileiro, Sandra Amorim. Distribuiu os
871 processos éticos da seguinte maneira: Plenária de novembro: Conselheira Maria Ermínia
872 processo 351/2011 – CRP 04; Conselheira Cynthia Ciarallo processo 437/2011 - CRP
873 06; Conselheira Flávia Lemos processo 1246/2011- CRP 06; Conselheiro Henrique
874 Rodrigues processo 1149/2011- CRP 07; Conselheira Tânia Brasileiro processo
875 3862/2010 e Conselheiro Aluizio Brito processo 26/12/2010. Plenária do mês de
876 dezembro: Conselheira Marilene Proença processo 3826/2010 - CRP 08; Conselheiro
877 Aluizio Brito processo 2010/2011 - CRP 06; Conselheira Tânia Brasileiro processo
878 732/2011 – CRP 17; Conselheira Roseli Goffman processo 4091/2010 - CRP 12;
879 Conselheira Marilda Castelar processo 685/2011 CRP 10 e Conselheira Adriana Eiko
880 processo 350/2011 – CRP 04. **15 - Designação de Relator para Processo**
881 **Administrativo 2084/2011 (CRP-01).** O Conselheiro Aluizio Brito informou que
882 seguirá o mesmo critério para a distribuição do processo Administrativo. Disse que
883 definirá e informará via e-mail do CFPXV o conselheiro que ficará responsável pela
884 relatoria deste processo. **Informes.** O Presidente Humberto Verona informou que a
885 plenária de novembro foi transferida para os dias dezoito e dezenove. Informou também
886 que ficaram nove pontos de pauta a serem apreciados, alguns são informes que
887 serão passados pela lista do CFP XV e os outros automaticamente agendados para a
888 próxima plenária de setembro. Transferiu o julgamento dos processos administrativos
889 para a próxima Plenária. A Conselheira Monalisa Barros passou os seguintes informes:
890 A conselheira Clara Goldman solicitou que se fizesse um kit do dia vinte e sete de
891 agosto, e que todos os conselheiros recebessem em casa para subsidiar a representação
892 em qualquer comemoração do dia do psicólogo. A Mostra Nacional está em andamento
893 e foram feitos os panfletos para serem distribuídos aos psicólogos na Sociedade
894 Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH). Solicitou para os conselheiros divulgarem a
895 Mostra em todas as oportunidades, inclusive no exterior. Falou ainda dos planos para a
896 Mostra, a qual objetivo é surpreender os psicólogos participantes com a grandiosidade
897 do evento. Descreveu o cenário da Mostra, na qual terá uma praça para cada área de
898 atuação e que elas conversem entre si. Haverá uma exposição sobre a produção da
899 loucura e venda de trabalhos artísticos realizados pelos usuários de saúde mental de
900 todo o Brasil, além de uma exposição com produtos que interessem aos psicólogos,
901 viabilizando assim captação de recursos. Explicou ainda que haverá dois tipos de

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

participantes: a pessoa que se inscrever para receber o kit e o certificado pagará uma taxa, no entanto bem acessível e o visitante que queira apenas conhecer o evento terá entrada gratuita. Reforçou que a Mostra Nacional não é um congresso, apesar de ter mesas redondas no auditório principal, porém terá várias atividades culturais, baseando-se em uma feira e formação de coletivos. Tudo com a marca da sustentabilidade. Falou ainda que pretende-se aprovar na APAF de dezembro um subsídio da conta divulgação para estimular os Conselhos Regionais a montarem caravanas. Acrescentou que a curadoria composta por Marcos Ferreira, Graça Marchina (ULAPSI), Monalisa (CFP), Carla Biancha (CRP-06), um representante da FENAPSI com assessoria da Ivone Duarte e Pepe(nome completo) e o GT da APAF cogitou a possibilidade de trazer três representantes de cada país integrante da ULAPSI e de língua portuguesa, os quais serão portadores dos trabalhos dos psicólogos de seus países. A Conselheira disse que a abertura da Mostra será com uma homenagem às pessoas de diversas áreas que contribuíram para o alcance da democracia no Brasil e no mundo. O Presidente Humberto Verona encerrou a reunião às dezessete horas e trinta e seis minutos agradecendo a presença de todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- 902 _____
- 903 _____
- 904 _____
- 905 _____
- 906 _____
- 907 _____
- 908 _____
- 909 _____
- 910 _____
- 911 _____
- 912 _____
- 913 _____
- 914 _____
- 915 _____
- 916 _____
- 917 _____
- 918 Deise Maria do Nascimento
- 919 Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona Humberto Verona
- 920 Conselheira Clara Goldman Ribemboim Clara Goldman Ribemboim
- 921 Conselheira Deise Maria do Nascimento Deise Maria do Nascimento
- 922 Conselheira Monalisa Nascimento dos Santos Barros Monalisa Barros
- 923 Conselheira Ana Luiza de Souza Castro Ana Luiza de Souza Castro
- 924 Conselheira Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha
- 925 Conselheira Adriana Eiko Matsumoto Adriana Eiko Matsumoto
- 926 Conselheira Ângela Maria Pires Caniato Ângela Maria Pires Caniato
- 927 Conselheiro Aluizio Lopes de Brito Aluizio Lopes de Brito
- 928 Conselheiro Celso Francisco Tondin Celso Francisco Tondin
- 929 Conselheira Flávia Cristina Silveira Lemos Flávia Cristina Silveira Lemos
- 930 Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Heloíza Helena Mendonça Massanaro
- 931 Conselheiro Henrique José Leal Ferreira Rodrigues Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
- 932 Conselheira Marilda Castelar Marilda Castelar
- 933 Conselheira Márcia Mansur Saadallah Márcia Mansur Saadallah
- 934 Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
- 935 Conselheira Marilene Proença Rebello de Souza Marilene Proença Rebello de Souza

5/7

2

47

8



Conselheira Roseli Goffman

Roseli Goffman

Conselheira Sandra Maria Francisco de Amorim

Sandra Maria Francisco de Amorim

938

h

SH